

**LEI ORGÂNICA
DO MUNICÍPIO
DE
TUPANDI – RS**

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Presidente

Vereador Pedro Canisio Steffens

Vice-Presidente

Vereador Carlos Vanderlei Kercher

Relator

Vereador Paulo Sérgio Ludwig

COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

MUNICIPAL DE TUPANDI

Vereadores

Carlos Alfeu Schuh

Carlos Vanderlei Kercher

Claudio Schassot

Guido José Kuhn

Mário Ivo Rhoden

Paulo Arnhold

Paulo Sérgio Ludwig

Pedro Canisio Steffens

Urbano Adelar Hartmann

S U M Á R I O

PREÂMBULO

TÍTULO I

Da Organização Municipal

Capítulo I

Disposições Preliminares (arts. 1º a 7º)

Capítulo II

Da Competência do Município (arts. 8º a 10º)

Capítulo III

Dos Impostos Municipais (arts. 11º e 12º)

Capítulo IV

Dos Bens Municipais (arts. 13º a 19º)

TÍTULO II

Do Poder Legislativo

Capítulo I

Do Órgão Legislativo

Seção I

Disposições Gerais (arts. 20º a 34º)

Seção II

Dos Vereadores (arts. 35º a 41º)

Seção III

Das Atribuições da Câmara de Vereadores (art. 42º)

Seção IV

Da Comissão Representativa (arts. 44º a 46º)

Seção V

Das Leis e do Processo Legislativo (arts. 47º a 63º)

TÍTULO III

Do Poder Executivo

Capítulo I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Seção I

Disposições Gerais (arts. 64º a 68º)

Seção II

Da Remuneração e da Verba de Representação (arts. 69º e 70º)

Seção III

Das Atribuições do Prefeito (arts. 71º e 72º)

Seção IV

Da Responsabilidade do Prefeito (arts. 73º e 74º)

Seção V

Das Licenças e das Férias (arts. 75º e 76º)

Seção VI

Das Atribuições do Vice-Prefeito (art. 77º)

Seção VII

Dos Secretários do Município (arts. 78º e 79º)

Seção VIII

Dos Subprefeitos (arts. 80º a 83º)

TÍTULO IV

Da Administração Municipal

Capítulo I

Da Administração Pública

Seção I

Disposições Gerais (arts. 84º a 100º)

Seção II

Dos Servidores Públicos Municipais (arts. 101º a 104º)

Capítulo II

Dos Atos Municipais

Seção I

Da Forma (arts. 105º e 106º)

Seção II

Da Publicação (art. 107º)

Seção III

Do Registro (art. 108º)

Seção IV

Das Certidões (art. 109º)

TÍTULO V

Da Administração Financeira

Capítulo I

Da Receita e da Despesa

Seção I

Disposições Gerais (arts. 110º a 112º)

Capítulo II

Do Orçamento (arts. 113º a 118º)

Capítulo III

Da Fiscalização Financeira e Orçamentária (arts. 119º a 121º)

TÍTULO VI

Dos Serviços e Planejamento Municipais

Capítulo I

Das Obras e Serviços Municipais (arts. 122º a 125º)

Capítulo II

Das Normas do Planejamento Municipal (arts. 126º a 129º)

Capítulo III

Da Política Urbana (art. 130º)

TÍTULO VII

Da Ordem Social

Capítulo I

Disposições Gerais (arts. 131º a 133º)

Capítulo II

Da Educação, da Cultura e do Desporto, da Ciência e Tecnologia,
Comunicação Social e Turismo

Seção I

Da Educação (arts. 134º a 153º)

Seção II

Da Cultura (arts. 154º a 157º)

Seção III

Do Desporto (art. 158º)

Seção IV

Da Ciência e Tecnologia (art. 159º)

Seção V

Da Comunicação Social (art. 160º)

Seção IV

Do Turismo (art. 161º)

Capítulo III

Da Saúde e do Saneamento Básico

Seção I

Da Saúde (arts. 162º e 163º)

Seção II

Do Saneamento Básico (arts. 164º e 165º)

Capítulo IV

Do Meio Ambiente (arts. 166º a 169º)

Capítulo V

Da Família, da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Defesa do Consumidor

Seção I

Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso (arts. 170º e 171º)

Seção II

Da Defesa do Consumidor (arts. 172º e 173º)

TÍTULO VIII

Das Disposições Gerais e Finais (arts. 174º a 183º)

P R E Â M B U L O

Nós, Representantes legítimos do povo de **TUPANDI – RS**, reunidos em Sessão Constituinte, com o objetivo de dotar o Município de normas que visem assegurar-lhe os valores supremos de uma sociedade solidária, fraterna e justa, baseada na verdade, na dignidade e no trabalho, sob a inspiração e proteção de **Deus**, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte **LEI ORGÂNICA**.

TÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL
Capítulo I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Município de Tupandi – RS, parte integrante do Estado do Rio Grande do Sul, organiza-se autônomo em tudo o que respeite a seu peculiar interesse, regendo-se por esta Lei Orgânica e as demais leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º - É mantido o atual território do Município, cujos limites só podem ser alterados nos termos da Constituição do Estado.

Parágrafo Único – A divisão do Município em distritos depende de lei.

Art. 2º- Os limites do território do Município só podem ser alterados por Lei Estadual, observados os requisitos estabelecidos em lei complementar federal.

Parágrafo Único – A divisão do Município em distritos depende de lei.

Com a redação dada ao § 4º do artigo 18 da CF, através da Emenda Constitucional nº 15/96, a lei complementar a qual deva se sujeitar o processo de alteração dos limites territoriais do Município é Federal. Por esse motivo, retira-se a expressão Constituição Estadual, pois a matéria sujeita-se à legislação federal complementar.

Art. 3º - Todo o poder emana do povo e em nome dele é exercido.

Art. 4º - São símbolos do Município de Tupandi, o brasão, a bandeira e outros estabelecidos em lei

Art. 4º - São símbolos do Município de Tupandi, o brasão, a bandeira, o hino e outros estabelecidos em lei

Tendo em vista a confecção do hino do Município, devidamente aprovado por lei complementar, importa elencá-lo como símbolo do município a constar da lei orgânica.

Art. 5º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo exercido pela Câmara Municipal e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

Parágrafo Único – Salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica, um órgão não pode delegar atribuições a outro, e o cidadão investido na função de um deles não pode exercer a de outro.

Art. 5º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - É vedada a delegação de atribuições de poderes.

§ 2º - O cidadão investido na função de um dos poderes não pode exercer a função do outro, exceto nos casos previstos em Lei.

A alteração do *caput*, com a supressão dos termos “exercidos pela Câmara Municipal e pelo Prefeito”, tem apenas o objetivo de excluir termos redundantes. Já a divisão do parágrafo único em 1º e 2º visa melhorar o entendimento do texto.

Art. 6º - A autonomia do Município é assegurada:

I – Pela eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País, até noventa dias antes do término do mandato dos que devem suceder;

II – Pela administração própria, no que respeita seu peculiar interesse, especialmente quanto:

a) – À instituição e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

b) – Organização dos serviços públicos locais.

Art. 6º - A autonomia do Município é assegurada:

I – Pela eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País, até noventa dias antes do término do mandato dos que devem suceder;

II – Pela administração própria, no que respeita seu peculiar interesse, especialmente

III – Pela adoção de legislação própria.

A alteração desse artigo teve por objetivo adequar os dispositivos legais dentro de cada capítulo.

Capítulo II

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 7º - Cabe ao Município, no exercício de sua autonomia:

I - Organizar-se juridicamente, decretar leis, atos e medidas de seu peculiar interesse;

I - Organizar-se administrativamente, observadas as legislações federal e estadual;

II – editar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

III - Instituir e arrecadar os tributos de sua competência e aplicar as suas rendas;

IV - Suplementar a Legislação Federal e Estadual no que couber;

V - Criar, organizar e suprimir distritos, observada a Legislação Estadual;

VI – Organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais e os que lhe sejam concernentes;

VII – Organizar seus serviços administrativos e patrimoniais;

]

VIII – Administrar seus bens, adquiri-los e aliená-los, aceitar doações, legados e heranças e dispor de sua aplicação;

IX – Desapropriar, por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, nos casos previstos em lei;

X – Instituir, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações públicas;

X – Organizar os quadros e estabelecer o regime de trabalho de seus servidores públicos do Município, das autarquias e fundações públicas, observados os princípios da Constituição Federal e desta Lei Orgânica Municipal;

XI – Estabelecer normas de edificação, de loteamento, de zoneamento, bem como as diretrizes urbanísticas convenientes à ordenação de seu território;

XI – Elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, estabelecendo normas de edificação, de loteamento, de zoneamento, bem como as diretrizes urbanísticas convenientes à ordenação de seu território;

XII – Conceder e permitir os serviços de transportes coletivos, táxis e outros, fixando suas tarifas, itinerários, pontos de estacionamento e paradas;

XIII - Regular a utilização dos logradouros públicos e sinalizar as faixas de rolamento e as zonas de silêncio, disciplinar os serviços de carga e descarga e a fixação de tonelagem máxima permitida a veículos que circulam no Município;

XIV – Estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços;

XV – Regular e fiscalizar a instalação e funcionamento dos ascensores;

XVI – Disciplinar a limpeza dos logradouros públicos, a remoção do lixo domiciliar e dispor sobre prevenção de incêndios;

XVII – Fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais e industriais;

XVII – Fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais e industriais, bem como, fixar os feriados municipais;

XVIII – Legislar sobre o serviço funerário e cemitérios, fiscalizando os que pertencerem a associações particulares;

XIX – Interditar edificações em ruínas ou em condições de insalubridade e fazer demolição de construções que ameacem ruir;

XX – Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

XX – licenciar estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e outros, bem como cassar alvarás de licença dos que se tornarem

prejudiciais à saúde, à higiene, ao sossego alheio, à segurança, ao bem estar público e aos bons costumes;

XXI – Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

XXI- transportar esse inciso para o artigo seguinte.

XXI – Regulamentar a fixação de cartazes, anúncios, emblemas e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda;

XXII – Regulamentar e fiscalizar os jogos esportivos, os espetáculos e os divertimentos públicos;

XXIII – Legislar sobre a apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressão de leis e demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições de venda das coisas apreendidas;

XXIV – Legislar sobre serviços públicos.

XXIV – Legislar sobre serviços públicos e regulamentar os processos de instalação, distribuição e consumo de água, gás, energia elétrica e todos s demais serviços de caráter e uso coletivo.

XXV- organizar o órgão executivo de trânsito rodoviário, estabelecendo os limites circunscricionais de suas atuações, nos termos do Código de Transito Brasileiro.

A alteração do inciso I teve por objetivo acrescentar a capacidade de organização administrativa do município;

A alteração do inciso II teve por objetivo distinguir corretamente a diferença na competência do município tanto quanto administrativa e jurídica, adequando-se as expressões jurídicas corretas, pois não se decreta leis e sim edita após aprovado pelo Poder Legislativo.

O inciso X deve ter a sua redação ampla, a fim de abarcar a duplicidade de vínculos de trabalho possíveis na administração pública, forte ao artigo 39 da CF, cabendo a lei ordinária disciplinar este assunto posteriormente.

O inciso XI só restou adequado a fim de possibilitar a criação de Plano Diretor, em caso de necessidade, tendo em vista os termos da CF.

O acréscimo no inciso XVII visa garantir ao Município a possibilidade de fixar os seus feriados municipais.

A alteração do dispositivo legal no artigo XX visa garantir uma lógica da Lei orgânica, incluindo-se o texto de tal artigo no artigo 9º.

O inciso XXI restou retirado deste artigo a fim de garantir uma lógica aos dispositivos desta lei orgânica, incluindo-se o mesmo dispositivo no artigo 9º desta Lei.

O inciso XXV foi incluído em virtude do CTB que trouxe novas atribuições aos Municípios, entre as quais o dever de constituir seu órgão executivo de trânsito, cujas atribuições constam do art. 21 do CTB. Caberá a lei ordinária disciplinar este assunto posteriormente.

Art. 8º - O Município pode celebrar convênios com a União, o Estado e Municípios, mediante autorização da Câmara Municipal, para a execução de suas leis, serviços e decisões, bem como para executar encargos análogos dessas esferas.

Art. 8º - O Município poderá celebrar convênios com a União, o Estado, outros Municípios e Entidades públicas ou privadas para a realização de obras ou serviços públicos de interesse comum, observado o disposto em Lei.

§ 1º - Os convênios podem visar à realização de obras ou exploração de serviços públicos de interesse comum;

§ 1º - Os convênios podem visar a realização de obras ou a exploração de serviços públicos de interesse comum, bem como a consecução de Programas, Projetos e Planos de Trabalho de Entidades públicas ou privadas, devidamente aprovadas pelo Município;

§ 2º - Pode, ainda, o Município, através de convênios ou consórcios de outros Municípios da mesma comunidade sócio-econômica, criar entidades intermunicipais para a realização de obras, atividades ou serviços específicos de interesse comum, devendo os mesmos ser aprovados por leis dos Municípios que dele participam;

§ 2º - Revogado

§ 3º - É permitido delegar, entre Estado e o Município, também por convênio, os serviços de competência concorrente, assegurados os recursos necessários.

§ 4º - Assinado o convênio será dada ciência do mesmo à Câmara Municipal, no prazo de 30 dias à partir de sua celebração.

O primeiro motivo para alteração é por questão de técnica legislativa. A LC nº 95/98 refere que, cada artigo deverá reger determinado assunto.

Havia regramento tanto dos convênios como dos consórcios, que são institutos jurídicos distintos e, conseqüentemente, com conseqüências jurídicas distintas.

Por esse motivo, ao artigo 7º ficou resguardado somente o regramento sobre o convênio, sendo acrescido neste texto legal a possibilidade de firmar convênio com entidades particulares.

Suprime-se, por fim, a autorização legislativa para a celebração dessas avenças conforme remansosa jurisprudência do STF.

Art. 8-A – O Município poderá constituir mediante lei, consórcios com outros Municípios para a realização de obras, atividades ou serviços específicos de interesse comum.

Este artigo está sendo incluído na LOM, pelas razões comentadas anteriormente, para reger em especial a criação de consórcios intermunicipais.

Art . 9º - Cabe, ainda, ao Município, concorrentemente com a União ou o Estado, ou supletivamente a eles:

I – Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;

III – Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens naturais;

IV – Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

V – Promover e proporcionar os meios de acesso ao ensino, à cultura, à educação e a ciência;

VI – Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – Preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII – Estimular a educação física e a prática desportiva;

IX – Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI – Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII – Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

XIII – Fomentar as atividades econômicas, a produção agropecuária, organizar o abastecimento alimentar e estimular, particularmente, o melhor aproveitamento da terra;

XIV – Abrir e conservar estradas e caminhos e determinar a execução de serviços públicos;

XV – Promover a defesa sanitária vegetal e animal, bem como a defesa contra as formas de exaustão do solo;

XVI – Amparar a maternidade, a infância e os desvalidos, coordenando e orientando os serviços sociais no âmbito do Município;

XVII – Proteger a juventude contra toda a exploração, bem como contra os fatores que possam conduzi-la ao abandono físico, moral e intelectual;

XVIII – Tomar as medidas necessárias para restringir a mortalidade e a morbidez infantis, bem como medidas de higiene social que impeçam a propagação de doenças transmissíveis;

XIX – Cuidar da higiene mental;

XX – Incentivar o comércio, a indústria, a agricultura e outras atividades que visem ao desenvolvimento econômico;

XXI – Fiscalizar a produção, a conservação, o comércio e o transporte dos gêneros alimentícios, destinados ao abastecimento público.

XXII – Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

XXIII – Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

Considerando que a Constituição Federal estabelece a obrigatoriedade do Estado como um todo (Município, Estado e União) de garantir educação pré-escolar e de ensino fundamental a todo brasileiro, bem como, direito a saúde, nada mais justo que transportador do artigo 6º para o presente os referidos dispositivos legais, pois se trata de cooperação a ser mantida entre todos os poderes que compõe a Poder executivo brasileiro.

Art. 10º - Ao Município é vedado:

I – Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles e seus representantes relações de dependência ou aliança ressalvada na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II – Recusar fé aos documentos públicos;

III – Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

Os incisos IV a IX foram transportados ao artigo seguinte por questão de lógica e para garantir que cada artigo se refira a um determinado assunto, nos termos do que estabelece ao LC nº 95/98.

Capítulo III

DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS

Art. 11º – O Município poderá instituir os seguintes tributos:

I – Impostos;

II – Taxas, em razão de exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III – Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

IV- Contribuição de iluminação pública, devidamente regulamentada por lei;

§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultando à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos,

identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte;

§ 2º - As taxas não poderão ter base de cálculo próprio de impostos.

O inciso IV restou acrescentado à Lei Orgânica, considerando que lei ordinária federal previu a possibilidade de os municípios cobrarem taxa de iluminação pública.

Art. 11-A – Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos e direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI- instituir impostos sobre:

a) o patrimônio, a renda, ou o serviço da União, Estados ou Municípios

b) os templos de qualquer culto

c) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação, e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da

lei;

d) livros, jornais, periódicos e papel destinado a sua impressão;

§ 1º - A vedação do inciso III, b, desse artigo, não se aplica aos impostos previstos nos artigos 153, I, II, IV e V, e 154, II, da Constituição Federal.

§ 2º - A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às leis decorrentes;

§ 3º - As vedações do inciso IV, a, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio e à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel;

§ 4º - As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas;

§ 5º - Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, § 2º, XII, g, da Constituição Federal;

§ 6º - A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

A CF outorga ao Município autonomia para estabelecer seu sistema tributário, que deverá estar devidamente regulamentado na LOM, conforme dispõe o art. 150 da CF. Os dispositivos da Lei Orgânica Municipal deverão sempre observar os princípios e dispositivos constitucionais, sob pena de serem declarados inconstitucionais. Portanto, por adequação à carta magna, dispôs-se sobre as vedações do Município no que se refere aos tributos, em um artigo específico.

Art. 12º - Compete ao Município instituir impostos sobre:

I – Propriedade predial e territorial urbana;

II – Transmissão “inter-vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III – Vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel e gás de cozinha;

III - REVOGAR

IV – Serviços de qualquer natureza, não compreendidos no Art. 155, I, b da Constituição Federal, definidos em lei complementar;

§ 1º - Imposto previsto no inciso I, poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

§ 1º - O imposto previsto no inciso I, poderá ser progressivo, nos termos da lei municipal e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

§ 2º - O imposto previsto no inciso II;

I – Não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes da fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoas jurídicas, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

§ 2º - O imposto previsto no inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes da fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoas jurídicas, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II – Compete ao Município da situação do bem:

§ 3º - O imposto previsto no inciso III não exclui a incidência do imposto estadual previsto no Art. 155, I, b da Constituição Federal, sobre a mesma operação;

§ 3º - em relação ao imposto previsto no inciso IV deste artigo, cabe a lei complementar:

a) fixar as suas alíquotas máximas e mínimas

b) excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior;
c) regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

§ 4º - Cabe à lei complementar: (RETIRAR)

I – Fixar as alíquotas máximas dos impostos previstos nos incisos III e IV;

II – Excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV exportações de serviços para o exterior.

Excluir esse parágrafo, tendo em vista que os termos desse estão elencados no parágrafo anterior.

Capítulo IV

DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 13º - São bens municipais, máquinas, equipamentos, móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Art. 13 – São bens municipais todas as coisas, móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

A fim de garantir maior amplitude ao conceito de “bens municipais” acrescentou-se o termo “todas as coisas”, evitando-se que outros bens, aqui não elencados, não sejam considerados bens municipais.

Art. 14º - É de competência do Prefeito a administração dos bens municipais, salvo dos que são empregados nos serviços da Câmara Municipal.

Art. 15º - Todos os bens imóveis municipais deverão ser tombados, e os semoventes e móveis cadastrados, sendo que os móveis serão também numerados, segundo o estabelecido em regulamento.

Art. 16º - A aquisição de bens pelo Município será realizada mediante prévia licitação, observado o que preceituam as Legislações Federal e Estadual.

Art. 17º - A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação,

autorização legislativa e licitação, sendo esta realizada nos termos estabelecidos na Legislação Federal e Estadual.

§ 1º - Será dispensada a licitação a que se refere o artigo, nos seguintes casos:

I – Nas doações, observadas as seguintes normas:

a) – Quando de imóveis, deverão constar obrigatoriamente do contrato, se for o caso, os encargos de donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;

b) – Quando de móveis e semoventes será permitida se for destinados a fins de interesse social;

II – Nas permutas;

II- REVOGADO

III – Na venda de ações, que será admitida exclusivamente em Bolsa de Valores.

§ 2º - Preferentemente à venda, à doação e ao aforamento de seus bens imóveis, o Município outorgará concessão de direito real de uso dos mesmos, observado o disposto no “caput” deste artigo. A licitação por este exigida poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar a concessionário de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 3º - Independente de autorização legislativa, o Executivo poderá alienar os bens móveis do Município, considerados por comissão especial, nomeada pelo Prefeito, obsoletos ou de uso anti-econômico para o serviço público, sendo, porém indispensável a sua licitação, que se fará por leilão precedido de edital publicado com prazo de quinze (15) dias, e no qual constará a relação dos bens leiloados, com o respectivo valor mínimo para a sua arrematação, arbitrado pela referida comissão.

Art. 18º - O uso, por terceiros, de bens municipais poderá ser efetuado mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público exigir.

§ 1º - A concessão administrativa de bens públicos municipais de uso especial e dominiais dependerá de autorização legislativa e licitação, e far-se-á

mediante contrato, sob pena de nulidade do ato> A lei, inclusive a que autorizar a concessão, poderá dispensar a licitação, quando o uso se destinar a concessionário de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado;

§ 2º - A concessão, administrativa dos bens públicos municipais de uso comum, somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turísticas, mediante autorização legislativa.

§ 3º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, mediante decreto.

§ 4º - A autorização, que também poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita mediante portaria, para atividades ou usos específicos.

Art. 19º - Poderão ser cedidas a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízos para os trabalhos normais do Município, e o interessado recolha previamente quantia arbitrada, correspondente ao uso da maquinaria e a remuneração de seus operadores, bem como assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens que lhe forem cedidos.

TÍTULO II

DO PODER LEGISLATIVO

Capítulo I

DO ÓRGÃO LEGISLATIVO

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20º - O órgão legislativo do Município é a Câmara Municipal, composta de Vereadores, em número proporcional à população do Município, nos limites da Constituição Federal, e funciona de acordo com o seu Regimento Interno.

Art. 20- A Câmara Municipal é composta por nove vereadores, eleitos na forma da Lei.

Considerando o disposto na Lei ++++++, o número de vereadores desse Município não poderá ser superior a 9, considerando o número de habitantes dessa Cidade.

Art. 21 - No dia 1º de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, que terá a duração de quatro anos, a Câmara Municipal, sob a presidência do mais votado dos edis presentes, reúne-se em Sessão Solene de Instalação, independentemente de número, para posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito e, estando presente a maioria absoluta dos Vereadores, será, a seguir procedida a eleição da Mesa, cujos componentes ficarão automaticamente empossados.

§ 1º - No ato da posse, exibidos os diplomas e verificada a sua autenticidade, o Presidente, de pé, no que será acompanhado por todos os Vereadores, proferirá o seguinte compromisso: **“Prometo cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica, as leis da União, do Estado e do Município, e exercer o meu mandato sob a inspiração do patriotismo, da lealdade, da honra e do bem comum”**. Ato contínuo, feita a chamada nominal, cada Vereador, levantando o braço direito declarará: **“Assim eu prometo”**, após, cada edis assinará o termo competente.

§ 2º - Se não houver o “quorum” estabelecido no artigo 21, “caput”, para eleição da Mesa, ou havendo, esta não for realizada, a Câmara, ainda sob a presidência do mais votado dentre os Vereadores presentes, receberá, de imediato à posse destes, o compromisso do Prefeito e do Vice-Prefeito aos quais dará posse.

§ 3º - O Vereador mais votado, dentre os presentes na Sessão de Instalação da Legislatura, permanecerá na presidência da Câmara e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa com a posse de seus membros.

§ 3º - O Vereador mais votado, dentre os presentes na Sessão de Instalação da Legislatura, permanecerá na Presidência da Câmara e convocará nova sessão até que seja eleita a Mesa com a posse de seus membros.

§ 4º - A seguir, constituir-se-á a Comissão Representativa na forma estabelecida no artigo 45 e seu parágrafo único.

§ 5º - Observado o parágrafo único do artigo 26 desta Lei Orgânica, serão eleitos, também, nesta sessão, os membros das Comissões Técnicas

Permanentes que a Câmara entender necessárias, entrando, após, em recesso legislativo.

§ 6º - Ao Presidente da Mesa compete, a presidência da Câmara Municipal e no seu exercício representá-la judicial e extrajudicialmente.

§ 7º - Além das demais atribuições que lhe são conferidas por esta Lei Orgânica e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, o Presidente encaminhará ao Prefeito até o dia vinte (20) de janeiro de cada ano, a prestação de contas da Mesa da Câmara, relativo ao exercício anterior.

§ 8º - Ocorrendo número de votos iguais, ou seja empate, entre dois Vereadores e que serão os mais votados, no que trata o “caput” deste artigo, caberá então a preferência ao mais idoso dos empatados.

§ 9º - No término de cada sessão legislativa ordinária, exceto a última da legislatura, são eleitos a mesa e as Comissões para a sessão subsequente, com posse automática à partir de 1º de janeiro da sessão legislativa seguinte.

§ 10º - O mandato da Mesa da Câmara de Vereadores será de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

A implantação do § 10 desse artigo visa observar o disposto no artigo 57, § 4º da CF, que prevê o mandato de presidência da casa legislativa pelo prazo de 02 anos, proibida a recondução.

Art. 22º - A Câmara Municipal, independentemente de convocação reunir-se-á anualmente na sede do Município, de 01 de março a 20 de dezembro, em dias e horários estabelecidos no Regimento Interno.

Art. 22º - A Câmara Municipal, independentemente de convocação reunir-se-á anualmente na sede do Município, de 11 de fevereiro a 31 de dezembro, sendo que o período de 1 de janeiro a 10 de fevereiro de cada ano a mesma ficará em recesso.

§ 1º - A Câmara funciona em recinto previamente destinado para tal.

§ 2º - Por deliberação da Câmara, as suas sessões solenes, poderão ser realizadas em qualquer outro recinto.

§ 3º - O dia, o horário e o local das sessões da Câmara, deverão ser previamente tornadas públicas, na forma do Regimento Interno.

Alteração do caput decorre da necessidade de adequação à redação dada ao caput do art. 57 da CF, pela Emenda Constitucional nº 50/60.

Art. 23º - Nos períodos de funcionamento normal da Câmara, esta poderá ser convocada extraordinariamente, pelo Presidente, por dois terços de seus membros e pelo Prefeito; nos períodos de recesso, poderá haver esta mesma convocação, pelo Prefeito, ou por dois terços da totalidade dos Vereadores.

Parágrafo Único – Nas sessões extraordinárias, a Câmara somente poderá deliberar sobre a matéria da convocação.

Art. 23 – A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara Municipal ou a requerimento da maioria dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente poderá deliberar sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 2º - A convocação dos Vereadores para a sessão extraordinária deverá ser pessoal.

A alteração do *caput* do artigo 23 visa observar o disposto no § 6º, do art. 57, da CF.

Já os § 1º e 2º observam o disposto no § 7º, art. 57, CF.

Art. 24 – A Câmara funcionará com a presença da maioria dos integrantes da Casa e para suas deliberações com dois terços ou maioria absoluta dos seus membros, ressalvados as exceções previstas nesta lei.

Art. 24 – A Câmara só poderá deliberar com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros, e as deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes, salvo nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º - O Presidente da Câmara vota apenas quando houver empate nas votações ou quando a matéria exigir deliberação por maioria absoluta ou por dois terços dos membros do Legislativo e nas votações secretas.

§ 1º - O Presidente da Câmara vota apenas quando houver empate nas votações ou quando a matéria exigir deliberação por maioria absoluta ou por dois terços dos membros do Legislativo.

§ 2º - Considera-se presente à Sessão o Vereador que tenha assinado o livro de presença, respondido à chamada e que participe dos trabalhos de plenário, principalmente de suas votações.

§ 3º - Realizada ou não qualquer sessão da Câmara, lavrar-se-á ata circunstanciada.

Por uma questão de lógica o caput do art. 24 restou alterado a fim de modificar o número de votos para as deliberações da casa, afinal, de regra é necessária apenas a aprovação da maioria simples, e nos casos excepcionais previstos nessa LOM é necessária aprovação de maioria absoluta.

Art. 25º - As sessões da Câmara são públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria absoluta de seus membros, quando houver motivo relevante, e as suas deliberações somente poderão ser tomadas por votação secreta nas eleições da Mesa e nos casos previstos nesta lei.

Art. 26 – No período de recesso da Câmara, funcionará representativamente, na forma do Regimento Interno, uma comissão formada pelo Presidente e Líderes de bancada.

Art. 26 – No período de recesso da Câmara, funcionará a Comissão Representativa, na forma dessa Lei e do Regimento Interno.

Parágrafo Único – Na constituição de comissões técnicas, será respeitado, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos da Câmara.

Parágrafo Único – Na constituição de comissões técnicas, será respeitado, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos que participam da Câmara.

O caput do art. 26 foi modificado por uma questão de lingüística.
Já o parágrafo único restou alterado observando o disposto no art. 58, § 1º, CF.

Art. 27º - O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal, a qual deverá apreciá-las até trinta (30) dias após o seu recebimento.

Parágrafo Único – As contas do Município ficarão, durante sessenta (60) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Art. 28º - A Câmara Municipal e suas Comissões, por deliberação da maioria de seus membros, podem convocar Secretários Municipais para comparecerem perante elas, a fim de prestarem informações sobre assuntos previamente especificados e constantes da convocação.

Art. 28º - A Câmara Municipal e suas Comissões, por deliberação da maioria de seus membros, podem convocar Secretários Municipais, titulares de

autarquias ou de instituições que participem o Município, ou com quem mantenha convenio ou termo de parceria para comparecerem perante elas, a fim de prestarem informações sobre assuntos previamente especificados e constantes da convocação.

§ 1º - Três (03) dias úteis antes do comparecimento, o convocado deverá enviar à Câmara, ou Comissão, exposição em torno das informações pretendidas.

§ 2º - Independentemente de convocação, quando qualquer Secretário, desde que devidamente autorizado pelo Prefeito, desejar prestar esclarecimentos ou solicitar providências legislativas a Câmara ou suas Comissões, estas ou aquelas designarão dia e hora para ouvi-lo.

Considerando que cabe ao Município firmar convênios, consórcios entre outras parcerias com outros Municípios, autarquias e outras instituições, estendeu-se a possibilidade de solicitarem informações de todas aqueles que de certa forma estejam vinculados com o Poder Executivo Municipal.

Art. 30º - A Câmara pode criar comissão especial de inquérito, nos termos do Regimento Interno, respeitando o disposto do inciso XXII do art. 42, desta Lei Orgânica.

Art. 30º - A Câmara pode criar comissão parlamentar de inquérito por prazo certo sobre fato determinado, nos termos do Regimento Interno, a requerimento de, no mínimo, um terço (1/3) dos seus membros.

Por uma questão de lingüística incluiu-se o numero de membros que deverão compor o pedido de comissão parlamentar de inquérito.

Parágrafo Único – Não será criada Comissão Especial de Inquérito, enquanto estiverem funcionando, concomitantemente, pelo menos cinco (05) outras comissões, salvo deliberação em contrário por parte de dois terços dos membros da Câmara.

Parágrafo Único – Não será criada Comissão Parlamentar de Inquérito, enquanto estiverem funcionando, concomitantemente, pelo menos cinco (05) outras comissões, salvo deliberação em contrário por parte de dois terços dos membros da Câmara.

Tal dispositivo só corrigiu termo Comissão Especial para Comissão Parlamentar.

Art. 31º - É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou Órgãos de Contas municipais.

Art. 32º - A Câmara Municipal, no exercício de suas funções legislativa e fiscalizadora, é assegurada a prestação de informações que solicitar aos órgãos estaduais da administração direta ou indireta, situados no Município, no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data da solicitação.

Art. 33º - As reuniões da Câmara Municipal, serão transferidas para o primeiro dia útil, quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

Art. 34º - Ao Poder Legislativo fica assegurado autonomia funcional, administrativa e financeira.

Seção II

DOS VEREADORES

Art. 35º - Os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 35º - Os vereadores, eleitos na forma da lei, gozam de garantias eu a mesma lhe assegura, pelas suas opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato.

A alteração no dispositivo legal acima visa adequar o texto ao que dispõe o art. 53 da CF.

Art. 36º - Os Vereadores não poderão:

I – Desde a expedição do diploma:

a) - Celebrar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer cláusula uniforme;

a) - Celebrar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, Entes esses no âmbito da circunscrição do Município, salvo quando o contrato obedecer cláusula uniforme;

A alteração visa limitar a proibição para dentro do Município de Tupandi, nos termos do art. 54 da CF.

II – Desde a posse:

a) – Ser proprietário, controlador, diretor ou sócio de empresa beneficiada com privilégios, isenção ou favores, em virtude de contrato com a administração pública municipal;

b) – Ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo;

c) – Ocupar cargo público de que seja demissível “**as nutum**”;
c) REVOGADO

d) – Patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I.

d) REVOGADO

Art. 37º - Sujeita-se à perda do mandato o Vereador que:

I – Infringir qualquer das proposições estabelecidas no artigo anterior;

II – Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção, de improbidade administrativa ou atentatórias às instituições vigentes;

III – Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar e com a dignidade da Câmara;

IV – Perder ou tiver suspensos seus direitos políticos;

V – Fixar residência fora do Município;

VI – Quando o decretar a Justiça Eleitoral;

VII – Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

Parágrafo Único – É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso da inviolabilidade e a percepção de vantagens indevidas.

Art. 38º - É assegurado amplo direito de defesa ao Vereador enquadrado em qualquer dos casos deste artigo, o respectivo rito processual será objeto de normas regimentais, observadas as disposições constitucionais e da Legislação Federal a respeito.

Art. 39º - Não perderá o mandato o Vereador:

I – Investido no cargo de Secretário Municipal;

I – Investido no cargo de Secretário Municipal, desde que afastado do serviço de vereança;

II – Investido em cargo, emprego ou função pública, desde que haja compatibilidade de horários, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

III – Licenciado pela Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte (120) dias por sessão legislativa.

§ 1º - O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em função prevista neste artigo ou de licença, nos termos da lei específica;

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze (15) meses para o término do mandato.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3 – Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato;

§ 4º - Na hipótese do inciso II, não havendo compatibilidade de horários, será facultado ao Vereador optar pela sua remuneração.

§ 5º - Nos casos de licenciamento, por motivo de doença, devidamente comprovada, o vereador não perderá o direito de remuneração, nos termos do art. 59 da Lei nº 8213-91.

Considerando que o vereador não perderá o mandato em caso de licença saúde e estar regido pelo Regime Geral da Previdência Social contribuindo mensalmente com o INSS, entende-se que não perca o direito de remuneração, conforme entendimento consolidado pelo TCE.

Art. 40º - Extingue-se automaticamente o mandato do Vereador, nos termos da Legislação Federal pertinente e da Constituição do Estado, quando:

I – Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II – Deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez (10) dias;

III – Deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade, ou ainda, deixar de comparecer a cinco (05) sessões extraordinárias convocadas por escrito e mediante recibo de recebimento, para apreciação da matéria urgente, assegurada ampla defesa em ambos os casos;

IV – Incidir nos impedimentos para o exercício do mandato, estabelecido no artigo 36, e não se descompatibilizar até a expedição do diploma ou até a posse, conforme o caso, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou pela Câmara.

§ 1 – Ocorrido e comprovado o fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunica-lo-á ao plenário e fará constar da ata a declaração de extinção do mandato e convocará imediatamente o respectivo suplente.

2º - Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências do parágrafo anterior, o suplente do Vereador ou o Prefeito poderá requerer, em juízo, a declaração de extinção do mandato, e, se julgada procedente a ação, a respectiva decisão judicial importará na destituição automática do Presidente omissor do cargo da Mesa e no seu impedimento para nova investidura nesta, durante a legislatura, além de o juiz condená-lo às cominações legais decorrentes do princípio de sucumbência.

Art. 41 - Os Vereadores farão jus à remuneração, estabelecida por Decreto Legislativo da Câmara, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar à Constituição Federal.

Art. 41 - Os Vereadores serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, inciso X e XI, da Constituição Federal.

Coadunação da redação legal ao art. 39, § 4º, da CF/88.

Seção III

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 42 – Compete a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:

I – Legislar sobre todas as matérias atribuídas explícitas ou implicitamente ao Município pela Constituição da União e do Estado, as leis em geral, esta Lei Orgânica;

II – Legislar sobre assuntos de interesse social;

III – Legislar sobre os tributos de competência municipal, bem como sobre o cancelamento da dívida ativa do Município, sobre isenções, anistia e moratória tributárias, e sobre a extinção do crédito tributário do Município por compensação, transação ou remissão, com ou sem revelação das respectivas obrigações, acessórias, observado em qualquer caso o disposto na Legislação Federal pertinente;

IV – Votar o orçamento anual e plurianual de investimentos;

IV – Votar:

a) o Plano Plurianual;

b) as diretrizes orçamentárias;

c) os orçamentos anuais;

d) as metas prioritárias;

e) plano de auxílio e subvenções.

V – Autorizar abertura de créditos suplementares e especiais e deliberar sobre os créditos extraordinários abertos pelo Executivo;

VI – Autorizar operações de crédito e empréstimos deliberando sobre a forma e os meios de seu pagamento;

VII – Legislar sobre concessão de auxílios e subvenções;

VIII - Deliberar sobre as concessões de uso de bens do Município;

IX – Deliberar sobre o arrendamento, o aforamento e alienação de bens imóveis do Município;

X – Legislar sobre as normas relativas ao uso, por terceiros, de bens do Município;

XI – Legislar sobre normas de concessão ou permissão dos serviços públicos municipais;

XII – Deliberar sobre a aquisição de bens imóveis, quando se tratar de doação com encargos;

XIII – Deliberar sobre a aprovação do Plano diretor de Desenvolvimento Integrado e demais planos de diretrizes urbanas do Município;

XIV – Legislar sobre a criação, transformação e extinção de cargos e funções públicas municipais, bem como a fixação e a alteração dos respectivos vencimentos e outras vantagens pecuniárias;

XV – Legislar sobre o regimento jurídico dos servidores municipais;

XVI – Legislar sobre a criação, reforma, denominação e extinção de órgãos e serviços públicos municipais;

XVII – Dispor sobre a divisão territorial do Município, observadas as normas pertinentes da Constituição Federal e da Legislação do Estado;

XVIII – Legislar sobre zoneamento urbano, bem como sobre a denominação de vias, logradouros e próprios públicos municipais;

XIX – Dispor sobre o horário de funcionamento do comércio local;

XX – Disciplinar a localização de substâncias potencialmente perigosas nas áreas urbanas;

XXI – Decretar as leis complementares à Lei Orgânica;

XXII – Deliberar sobre a transferência temporária da sede dos poderes municipais, quando o interesse público o exigir e aprovado pela maioria absoluta da Câmara de Vereadores;

XXIII – Deliberar sobre projeto de lei do Executivo, que autorize a mobilizar ou alienar os bens, créditos e valores que pertençam ao Ativo Permanente do Município, bem como amortizar ou resgatar as dívidas fundadas e outras, que compreendam o seu Passivo Permanente.

Art. 43º - É de competência exclusiva da Câmara Municipal:

I – Dispor, através de resolução, sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

II – Eleger sua Mesa;

III – Elaborar seu Regimento Interno;

IV – Dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito, bem como declarar extinto o seu mandato nos casos previstos em lei;

V – Conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores para afastamento dos respectivos cargos;

VI – Autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município por mais de oito (08) dias, ou do estado por qualquer tempo;

VI – Autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município por mais de quinze (15) dias;

VII – Fixar, por decreto legislativo, a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores em cada legislatura, para a subsequente, em data anterior à realização das eleições para os respectivos cargos, observando o que dispõe a Constituição Federal;

VII – REVOGADO

VIII – Julgar o Prefeito e os Vereadores por infrações definidas nesta Lei Orgânica em conformidade com a Legislação Federal a respeito, e de acordo com o disposto nessa legislação e na Constituição do Estado, cassar ou declarar extintos os respectivos mandatos;

IX – Autorizar o Prefeito a contar empréstimo, regulando as suas condições e respectiva aplicação, respeitada a Legislação Federal;

IX - REVOGADO

X – Mudar, temporariamente ou definitivamente, a sua sede;

XI – Solicitar informações por escrito ao Executivo;

XII – Suspender a execução, no todo ou em parte, de qualquer ato, resolução, regulamento municipal, que haja sido, pelo Poder Judiciário, declarado infringente da Constituição, da Lei Orgânica ou das leis;

XIII – Julgar anualmente as contas do Prefeito Municipal;

XIV – Proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentadas dentro de trinta (30) dias após a abertura da sessão legislativa;

XIV – REVOGADO

XV – Apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

XVI – Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XVII – Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;

XVII - REVOGADO

XVIII – Autorizar a celebração de convênios e contratos de interesse do Município;

XVIII- REVOGADO

XIX – Autorizar a criação, através de consórcio, de entidades intermunicipais para a realização de obras e atividades ou serviços de interesse comuns;

XX – Autorizar referendo e convocar plebiscito, na forma da lei;

XXI – Autorizar, previamente, a alienação de bens imóveis do Município;

XXII – Receber a renúncia de Vereador;

XXIII – Declarar a perda de mandato de Vereador, por maioria absoluta de seus membros;

XXIV – Convocar Secretários Municipais, para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos de sua competência previamente determinados, importando a ausência injustificada em crime de responsabilidade;

XXV – Autorizar, pelo voto de dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais;

XXVI – Apreciar o veto do Poder executivo;

XXVII – Propor ao Prefeito, mediante indicação, a execução de qualquer obra ou medida que interesse à coletividade ou ao serviço público;

XXVIII – Exercer a fiscalização financeira e orçamentária do Município, mediante controle externo, com o auxílio do tribunal de Contas do Estado e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei;

XXIX – Resolver, em sessão e votação secreta, sobre a nomeação de Diretores-Presidentes das sociedades de economia mista do Município, bem como, quando determinado em lei, sobre a nomeação de dirigentes de outros órgãos de cooperação governamental;

XXIX - REVOGADO

XXX – Criar comissão de inquérito por prazo certo e sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, mediante requerimento de um terço no mínimo, de seus membros, observado o disposto no parágrafo único do artigo 30;

XXX – Criar comissão parlamentar de inquérito na forma do art. 30 dessa Lei.

XXXI – Promover, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, representação para que o Estado intervenha no Município;

XXXII – Conceder título de cidadão honorário, ou qualquer outra homenagem ou honraria, a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços relevantes ao Município, mediante Decreto Legislativo, aprovado, no mínimo, por dois terços de seus membros;

XXXIII – Deliberar, mediante resolução, sobre quaisquer assuntos de sua economia interna, e, nos demais casos de sua competência privada que tenham efeitos externos, por meio de Decreto Legislativo.

Seção IV

DA COMISSÃO REPRESENTATIVA

Art. 44 - A Comissão Representativa funciona nos períodos de recesso da Câmara Municipal e tem as seguintes atribuições:

Art. 44 – Durante o recesso, haverá uma comissão representativa da Câmara Municipal, eleita na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

- I – Zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
- II – Zelar pela observância da Lei Orgânica;
- III – Autorizar o Prefeito a se ausentar do Município e do Estado;
- IV – Convocar Secretários Municipais e dirigentes de órgãos da administração indireta, para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;
- V – Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- VI – Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades e ou entidades públicas;
- VII – Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- VIII – Apreciar e emitir parecer sobre programas de obras e planos de desenvolvimento.

Parágrafo Único – As normas relativas ao funcionamento e desempenho das atribuições da Comissão Representativa são estabelecidos no Regimento Interno da Câmara;

Art. 45º - A Comissão Representativa, constituída de membros efetivos, é composta pelo Presidente e pelos líderes de bancadas com assento na Casa, observado o disposto no parágrafo único do artigo 26.

Parágrafo Único – A Presidência da Comissão representativa cabe ao Presidente da Casa, cuja substituição se faz na forma regimental.

Art. 46º - A Comissão representativa deve apresentar relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

Seção V

DAS LEIS E DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 47º - O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – Emendas à Lei Orgânica;
- II – Leis complementares à Lei Orgânica;

- III – Leis Ordinárias;
- IV – Decreto legislativo;
- V – Resoluções.

Art. 48º - São, ainda, entre outras, objeto de deliberação da Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno:

- I – Autorizações;
- II – Indicações;
- III – Requerimentos.

Art. 49º - A Lei Orgânica pode ser emendada mediante proposta:

- I – De Vereadores; ou
- II – Do Prefeito;
- III – De eleitores do Município que representem no mínimo cinco (05%) por cento dos inscritos;

Parágrafo Único – No caso do item I, a proposta deverá ser subscrita, no mínimo, por um terço dos membros da Câmara Municipal.

Art. 50 - Em qualquer dos casos do artigo anterior, a proposta será discutida e votada em duas sessões, dentro de sessenta (60) dias, a contar de sua apresentação ou recebimento, e havida por aprovada quando obtiver em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.

Art. 50 – O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do Estado.

Preceito erigido pelo art. 29 da CF.

Art. 51º - A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

Art. 52º - As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos da votação das leis ordinárias.

Art. 53º - A iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe:

- I – A qualquer membro ou órgão da Câmara Municipal;

II – Ao Prefeito Municipal; e

III – Nos casos de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado do Município, por iniciativa popular.

Art. 54º - São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I – Criação e aumento de remuneração de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica;

II – Servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III – Criação, estruturação e atribuições das secretarias e órgãos da administração municipal.

Art. 55º - Não será admitido aumento da despesa prevista:

I – Nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito;

II – Nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 56º - O Prefeito Municipal poderá solicitar que a Câmara de Vereadores aprecie em regime de urgência os projetos de sua iniciativa.

§ 1º - Recebida a solicitação, a Câmara terá trinta (30) dias para apreciação do projeto de que trata o artigo;

§ 2º - Não havendo deliberação no prazo previsto, o projeto será incluído na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação de qualquer outro assunto, até que se ultime a votação;

§ 3º - Os prazos de que trata este artigo serão interrompidos durante o recesso parlamentar.

Art. 57º - No início ou em qualquer fase da tramitação de projeto de lei de iniciativa exclusiva do Prefeito, este poderá solicitar à Câmara Municipal que o aprecie no prazo de quarenta e cinco (45) dias a contar do pedido.

§ 1º - Na falta de deliberação dentro do prazo estipulado neste artigo, considerar-se-á aprovado o projeto.

§ 2º - Os prazos deste artigo e seus parágrafos não correrão nos períodos de recesso da Câmara Municipal.

§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de leis complementares.

Art. 58 - A requerimento do Vereador, os projetos de lei, decorridos trinta (30) dias do seu recebimento, serão incluídos na Ordem do Dia, mesmo sem parecer.

Parágrafo Único – O projeto somente pode ser retirado da ordem do dia a requerimento do autor, aprovado pelo plenário.

Art. 59 - O projeto de lei com parecer contrário de todas as Comissões é tido como rejeitado.

Art. 59 - REVOGADO

Art. 60 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado ou não sancionado, assim como a de proposta de emenda à Lei Orgânica, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, ressalvadas as proposições de iniciativa do Prefeito.

Art. 60 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado, assim como a de proposta de emenda à Lei Orgânica rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 61 - Os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal serão enviados ao Prefeito que, aquiescendo, os sancionará, sendo-lhe remetidos, para o mesmo fim, os projetos tidos por aprovados, nos termos do artigo 57, § 1º.

Art. 61 - Os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal serão enviados ao Prefeito que, aquiescendo, os sancionará.

§ 1º - Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á, total ou parcialmente dentro de quinze (15) dias úteis, contados em que o recebeu, comunicando os motivos do veto ao Presidente da Câmara, dentro de quarenta e oito (48) horas.

§ 2º - O veto será apreciado dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado por maioria absoluta.

§ 3º - O silêncio do Prefeito, decorrido o prazo de que trata o parágrafo primeiro, importa em sanção, cabendo ao Presidente da Câmara promulgar a lei.

§ 3º - O silêncio do Prefeito, decorrido o prazo de que trata o parágrafo primeiro, importa em sanção, cabendo ao Presidente da Câmara promulgar a lei, no prazo de quarenta e oito (48) horas.

§ 4º - Devolvido o projeto à Câmara, será ele submetido, dentro de quarenta e cinco (45) dias, contados da data de seu recebimento, com ou sem parecer, a discussão única, considerando-se aprovado se, em votação pública, obtiver o voto favorável de dois terços da Câmara, caso em que será enviado ao Prefeito, para promulgação.

§ 5º - Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo quarto, o veto será considerado mantido.

Art. 62 - Nos casos do art. 47, item IV e V, considerar-se-á a votação da redação final, encerrada a elaboração do decreto ou resolução, cabendo ao Presidente da Câmara a sua promulgação.

Art. 63 - São objetos de lei complementar, dentre outros, o Código de Obras, o Código de Posturas, Código Tributário e Fiscal, Lei do Plano Diretor e Estatuto dos Funcionários Públicos.

Art. 63 - São objetos de lei complementar que depende da aprovação da maioria absoluta de seus membros:

- I- o Código de Obras;
- II- o Código de Posturas;
- III- Código Tributário;
- IV- Plano Diretor;
- V- Código do Meio Ambiente;
- VI- Estatuto do Servidor Público;
- VII- Lei que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

§ 1º - Os projetos de leis complementares serão revistos por Comissão Especial da Câmara.

§ 1º - REVOGADO

§ 2º - Dos projetos de códigos e respectivas exposições de motivos, antes de submetidos à discussão da Câmara, será dada divulgação com a maior amplitude possível.

§ 2º - REVOGADO

§ 3º - Dentro de quinze (15) dias, contados da data em que se publicarem os projetos referidos no parágrafo anterior, qualquer cidadão poderá apresentar sugestões sobre eles ao Presidente da Câmara, que as encaminhará à Comissão Especial, para apreciação.

§ 3º- REVOGADO

§ 4º - Observado o Regimento Interno da Câmara Municipal, é facultada a realização de consulta pública aos projetos de lei complementares para recebimento de sugestões.

§ 5º - A sugestão popular referida no § 4º deste artigo não pode versar sobre assuntos com reserva de competência.

TÍTULO III

DO PODER EXECUTIVO

Capítulo I

DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 64º - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelos secretários Municipais.

Art. 65º - A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á, simultaneamente, noventa (90) dias antes do término do mandato dos que devem suceder.

Art. 65º - O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos para mandato de quatro (4) anos, devendo a eleição realizar-se até noventa (90) dias antes do término do mandato daqueles a quem devam suceder.

§ 1º - A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

§ 2º - A posse dar-se-á no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição e acontecerá perante a Câmara de Vereadores..

§ 3º - Se, decorridos dez (10) dias da data fixada para a posse o Prefeito e o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 4º - Ao tomarem posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão o seguinte compromisso “**Prometo cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica, as Leis da União, do Estado e do Município, promover o bem comum e exercer o meu mandato sob a inspiração do patriotismo, da lealdade e da honra**”.

Art. 66º - O Vice-Prefeito exercerá as funções de Prefeito nos casos de impedimentos do titular e lhe sucederá em caso de vaga.

Parágrafo Único – O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado.

Art. 67º - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, assumirá o Poder Executivo o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo Único – Em caso de vacância de ambos os cargos far-se-á nova eleição noventa (90) dias depois de aberta a Segunda vaga e os eleitos completarão os períodos de seus antecessores, salvo se a segunda vaga ocorrer a menos de um ano do término do quadriênio, caso em que se continuará a observar o disposto neste artigo.

Art. 67-A – Vagando os cargos de Prefeito e Vice-prefeito, far-se-á eleição noventa dias depois de abertura a última vaga.

§ 1º - Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período de exercício do mandato, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Câmara Municipal, na forma da Lei.

§ 2º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 68º - Na ocasião da posse e ao término do mandato, o Prefeito fará declaração de bens, que será transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo.

Parágrafo Único – O Vice-Prefeito fará declaração de bens, na forma deste artigo, no momento que assumir, pela primeira vez, o cargo de Prefeito.

Seção II

DA REMUNERAÇÃO E DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO

Art. 69º - A remuneração e a verba de representação de Prefeito e Vice-Prefeito, será fixada em cada legislatura, para a subsequente, em data anterior à realização das eleições, observado o que dispõe a Constituição Federal.

Parágrafo Único – A verba de representação não poderá exceder a cinquenta por cento (50%) do valor da remuneração.

Art. 69 – O Prefeito e o Vice-prefeito serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado por lei, em parcela única, em data antes das eleições, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, X e XI, da Constituição Federal.

§ 1º - O prefeito gozará férias anuais de trinta dias, mediante comunicação à Câmara de Vereadores do período escolhido.

§ 2º - O período de férias relativo ao último ano de mandato poderá ser gozado na fluência dele, ou indenizado.

A alteração no *caput* desse artigo deu-se em face ao disposto no art. 39, § 4º, da CF, que dispõe nos mesmos termos, vedando o pagamento de verba de representação.

Já o § 1º restou adicionado considerando o disposto no art. 39, § 3º da CF/88.

Art. 70º - O Prefeito, regularmente licenciado pela Câmara, terá direito a perceber seu subsídio, quando:

I – Em tratamento de saúde;

II – Em gozo de férias;

III – A serviço ou em missão oficial do Município;

IV – Neste último caso terá também direito a verba de representação.

IV- REVOGADO

Seção III

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 71º - Ao Prefeito, como chefe da administração municipal, cabe executar as deliberações da Câmara de Vereadores, dirigir, fiscalizar e defender os interesse do Município e adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública.

Art. 72º - Compete privativamente ao Prefeito:

- I –** Representar o Município, judicial e extrajudicialmente;
- II –** Exercer, com o auxílio dos Secretários do Município, ou de titulares de órgãos equivalentes, a direção superior da administração municipal;
- III –** Iniciar o processo legislativo, nos casos e nas formas previstas nas Constituições Federal e Estadual e nesta Lei Orgânica;
- IV –** Enviar à Câmara, no prazo estabelecido na Constituição, os projetos de lei de orçamento anual e plurianual de investimentos;
IV – Enviar à Câmara as propostas orçamentárias, nos prazos previstos em lei.
- V –** Vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;
- VI –** Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara;
- VII –** Expedir, quando necessário, regulamentos para fiel execução das leis;
- VIII –** Expedir decretos;
- IX –** Decretar a desapropriação por utilidade pública ou interesse social, nos termos da legislação Federal pertinente de bens e serviços, bem como promovê-la e instituir servidões administrativas;
- X –** Permitir ou autorizar o uso, por terceiros, de bens municipais, recaindo um eventual dano por conta de terceiro;
- XI –** Conceder, permitir ou autorizar a execução, por terceiros, de obras e serviços públicos e observadas a legislação Federal e Estadual, sobre licitações;
- XII –** Autorizar a aquisição ou compra de quaisquer bens pela municipalidade observadas, também a legislação Federal e Estadual sobre licitações;
- XIII –** Fazer publicar os atos oficiais;

XIV – Dispor sobre organização, funcionamento, serviços e obras da administração pública;

XV – Prover, na forma da lei, as funções e cargos públicos e expedir os demais atos referentes a situação funcional dos servidores, exceto os da Secretaria da Câmara;

XVI – Contrair empréstimos, mediante prévia autorização da Câmara;

XVII – Submeter à manifestação da Assembléia Legislativa do Estado, as autorizações da Câmara para o Município realizar operações ou acordos e contrair empréstimos externos solicitando-lhe que, após manifestar-se a respeito, remeta as respectivas propostas à autorização do Senado Federal;

XVIII – Fixar, por decreto, as tarifas ou preços públicos municipais, observado a legislação;

XIX – Administrar os bens e as rendas públicas municipais, promovendo o lançamento, a fiscalização e a arrecadação dos tributos, bem como as tarifas ou preços públicos municipais;

XX – Autorizar as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XXI – Colocar a disposição da Câmara, dentro de quinze (15) dias da promulgação da lei autorizatória, em seu favor, de créditos suplementares ou especiais, e, até o dia cinco (05) de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo (1/12) de sua dotação orçamentária;

XXI- Colocar à disposição da Câmara Municipal, na forma da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, e do artigo 29-A da Constituição Federal, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias que lhes são próprias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, até o dia vinte de cada mês.

XXII – Aplicar multas e penalidades quando previstas em leis, regulamentos e contratos como de sua exclusiva competência e, revela-las nas formas e nos casos estabelecidos nesses provimentos;

XXIII – Resolver sobre requerimentos, reclamações, representações e recursos que lhe forem dirigidos, nos termos da lei ou regulamento;

XXIV – Oficializar as vias ou logradouros públicos, obedecida a legislação que as denominou, bem como as regras legais pertinentes;

XXV – Aprovar projetos de edificações e planos de loteamentos, arruamentos, desmembramentos, e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXVI – Solicitar o auxílio da polícia do Estado para garantir o cumprimento de seus atos;

XXVII – Apresentar à Câmara, observado o disposto no artigo 28 e remeter ao Tribunal de Contas do Estado, até trinta e um (31) de março de cada ano, a prestação de contas relativas à gestão financeira municipal do exercício imediatamente anterior, acompanhada de relatório circunstanciado das atividades dos serviços municipais, sugerindo à Câmara as providencias que entender necessárias;

XXVIII – Fazer publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

XXIX – Prestar à Câmara, por ofício, dentro de trinta (30) dias, prorrogáveis a seu pedido, as informações solicitadas pela mesma e referente aos negócios do Município, sem prejuízo de fazê-lo na forma do artigo 28;

XXX – Comparecer espontaneamente à Câmara para expor ou solicitar-lhe providencias de competência do Legislativo sobre assuntos de interesse público, observado o disposto no artigo 28;

XXXI – Convocar extraordinariamente a Câmara, quando o interesse da administração o exigir;

Parágrafo Único – O Prefeito, dentro dos limites por ele estabelecidos no decreto que para tal expedir, poderá outorgar ou delegar, a seus auxiliares, as atribuições constantes nos incisos XIII, XV, XIX e XX deste artigo e outras funções administrativas que não sejam de sua exclusiva competência;

XXXI- Convocar extraordinariamente a Câmara Municipal, durante o período de recesso parlamentar.

XXXII – Expor, por ocasião da abertura da sessão legislativa anual, a situação do Município e os planos de governo;

XXXII – REVOGADO

XXXIII – Prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro de sessenta (60) dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXXIV – Celebrar convênios para a execução de obras e serviços, com a anuência da Câmara Municipal.

XXXV – Nomear e exonerar os secretários municipais, os diretores de autarquias e departamentos, além de titulares de instituições de que participe o Município, na forma da Lei.

XXXVI- Revogar atos administrativos por razões de interesse público e anulá-los por vício de legalidade, observado o devido processo legal.

XXXVII- Propor a divisão do Município de acordo com a Lei.

Parágrafo Único- A doação de bens públicos, dependerá de prévia autorização legislativa e a escritura respectiva deverá conter cláusula de reversão no caso de descumprimento das condições.

O inciso IV restou alterado tendo em vista que a CF exige que Lei ordinária estabeleça os prazos para a remessa das propostas orçamentárias à Câmara de Vereadores, que está regulada adiante.

O inciso XXI restou alterado por adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 29-A da CF.

O inciso XXXV foi incluído observando o disposto no art. 84 da CF.

Seção IV

DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 73º - Os crimes de responsabilidade, bem como as infrações político-administrativas do Prefeito são definidos em Lei Federal e a apuração desses ilícitos observa as normas de processo de julgamento.

Art. 73- Os crimes de responsabilidade do Prefeito e Vice-prefeito, bem como o processo de julgamento, são definidos em lei federal.

Adequação no disposto do art. 85 da CF

Art. 74º - O Prefeito Municipal, admitida a acusação pelo voto de dois terços dos Vereadores, será submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado, nas infrações penais comuns, ou perante a Câmara Municipal, nos crimes de responsabilidades.

§ 1º - O Prefeito Municipal ficará suspenso de suas funções:

I – Nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia pelo Tribunal de Justiça;

II – Nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pela Câmara Municipal.

§ 2º - Se dentro de cento e oitenta (180) dias de recebida a denúncia o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Prefeito, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 3º - Enquanto não sobrevier sentença condenatória nas infrações comuns, o Prefeito não estará sujeito a prisão.

§ 4º - O Prefeito Municipal, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

Art. 74-A. São infrações político-administrativas do Prefeito e do Vice-prefeito, sujeitas ao julgamento pela Câmara de Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

I- impedir o funcionamento regular da Câmara;

II- impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como, a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída;

III- desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV- retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;

V- deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária;

VI- descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII- praticar, contra expressa disposição em lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

VIII- omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;

IX- ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara Municipal;

X- proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

Adequação do art. 4º do Decreto 201/67.

Art. 74-B. O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo 74-A, obedecerá ao rito definido no artigo 5º do Decreto-Lei 201/67, se outro não for estabelecido pela legislação municipal ou estadual

Adequação do art. 5º do Decreto 201/67.

Seção V

DAS LICENÇAS E DAS FÉRIAS

Art. 75º - O Prefeito deverá solicitar licença à Câmara sob pena de extinção de seu mandato nos casos de:

I – Tratamento de saúde, por doença devidamente comprovada;

II – Gozo de férias;

II- REVOGADO

III – Afastamento do Município por mais de oito (08) dias, ou do Estado por qualquer tempo.

III – Afastamento do Município por mais de quinze (15) dias;

Inciso III acrescentado para observar o disposto no art. 83 da CF

Art. 76º - O Prefeito tem direito a gozar férias anuais de trinta (30) dias podendo fazê-lo em mais de uma vez, porém, nunca em espaços inferiores a dez (10) dias.

Parágrafo único. O prefeito, ao entrar no gozo de férias, deverá comunicar à Câmara, no prazo de 24 horas.

Seção VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO VICE-PREFEITO

Art. 77º - O Vice-Prefeito, desde a sua posse deverá desincompatibilizar-se e fica sujeito aos impedimentos, proibições e responsabilidades estabelecidas na legislação pertinente.

Parágrafo Único – O Vice-Prefeito sucederá o Prefeito em caso de impedimento ou vaga, com os mesmos direitos e deveres do titular.

Parágrafo Único – O Vice-Prefeito sucederá o Prefeito em caso de impedimento ou vaga, com os mesmos direitos e deveres do titular, podendo também exercer funções administrativas, quando convidado pelo Prefeito.

| |
|--|
| Artigo alterado a fim de observar a Constituição Federal, no art. 79 e 80. |
|--|

Seção VII

DOS SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO

Art. 78º - São auxiliares diretos do Prefeito:

I – Os Secretários Municipais e;

II – Os subprefeitos.

Art. 79º - Os Secretários Municipais de livre nomeação e exoneração do Prefeito, serão providos nos correspondentes cargos em comissão criados por lei, a qual, fixará o respectivo padrão de vencimentos, bem como os seus deveres, competência e atribuições, estabelecendo-se desde logo, as seguintes, entre outras:

Art. 79º - Os Secretários Municipais de livre nomeação e exoneração do Prefeito, serão investidos nos correspondentes cargos em comissão criados por lei, a qual, fixará o respectivo subsídio, bem como os seus deveres, competência e atribuições, estabelecendo-se desde logo, as seguintes, entre outras:

I – Orientar, coordenar e superintender as atividades dos órgãos e entidades da administração municipal, na área de sua competência;

II – Referendar os atos e decretos do Prefeito e expedir instruções para execução das leis, decretos e regulamentos relativos aos assuntos de suas secretarias ou órgãos equivalentes;

III – Praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem delegadas pelo Prefeito;

IV – Apresentar ao Prefeito, até primeiro de março de cada ano, relatório anual dos serviços realizados no exercício anterior por suas secretarias ou órgãos equivalentes;

V – Comparecer a Câmara Municipal, quando por esta convocado na forma e nos casos estabelecidos nesta Lei Orgânica.

Art. 79-A. Aos secretários do Município, são aplicáveis, no que couber a norma prevista nas leis para os demais servidores municipais.

Art. 79-B. Os secretários do Município serão, solidariamente, responsáveis com o Prefeito, pelos atos lesivos ao erário municipal, praticados na área de sua jurisdição, quando decorrentes de culpa.

Tanto o art. 79-A quanto o 79-B restaram incluídos na LOM para observar o que dispõe o decreto-lei 201/67.

Seção XIII

DOS SUBPREFEITOS

Art. 80º - Os subprefeitos, em número não superior a um (01) são delegados de confiança do Prefeito por este livremente nomeados e exonerados.

Parágrafo Único – A exceção da sede do Município, todos os distritos podem ter Subprefeitos.

Art. 81º - Compete aos Subprefeitos, nos limites dos distritos correspondentes.

I – Executar e fazer cumprir as leis e regulamentos vigentes, bem como, de acordo com as instruções recebidas do Prefeito, demais atos por este expedido;

II – Fiscalizar os serviços distritais;

III – Atender as reclamações dos munícipes e encaminhá-las ao Prefeito quando se tratar de matéria estranha as suas atribuições, comunicando aos interessados a decisão proferida;

IV – Solicitar ao Prefeito as providências necessárias ao distrito;

V – Prestar contas ao Prefeito, mensalmente, ou quando lhe forem solicitadas.

Art. 82º - As funções de Subprefeito são exercidas gratuitamente, podendo, porém, ser remuneradas nos termos da lei criadora dos respectivos cargos em comissão.

Art. 83º - Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de bens, no ato da posse e no afastamento definitivo do respectivo cargo ou função.

TÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Capítulo I

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 84º - A administração pública municipal, observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Art. 84º - A administração pública municipal, observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade e obedecerá as normas estabelecidas nos arts. 37 a 41 da Constituição Federal, além das fixadas na Constituição Estadual e leis municipais.

Artigo alterado para observar o disposto nos arts. 37 a 41 da CF/88, alterados pela EC 19/98.

Art. 85º - Os cargos, empregos e funções públicas municipais são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei

REVOGADO

Art. 86º - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos de comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

REVOGADO

§ 1º - O prazo de validade do concurso público será de até dois (02) anos, prorrogável, uma vez, por igual período.

REVOGADO

§ 2º - Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

REVOGADO

§ 3º - A não observância do disposto no artigo e em seu parágrafo primeiro, implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

REVOGADO

Art. 87º - Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.

Art. 87 - REVOGADO

Art. 88 - A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios para a sua admissão.

REVOGADO

Art. 89 - É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

REVOGADO

Art. 90 - O direito de greve será exercido nos termos e limites definidos em Lei Federal.

REVOGADO

Art. 91 - A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

REVOGADO

Art. 92 - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

REVOGADO

§ 1º - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no “caput” do artigo 39 e seu parágrafo primeiro, da Constituição Federal.

§ 1º - REVOGADO

§ 2º - As Acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 2º - REVOGADO

§ 3º - Os vencimentos dos servidores públicos serão irredutíveis.

§ 3º - REVOGADO

Art. 93 - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

REVOGADO

I – A de dois cargos de professor;

REVOGADO

II – A de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

REVOGADO

III – A de dois cargos privativos de médico.

REVOGADO

III – A de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

REVOGADO

Parágrafo Único – A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista.

REVOGADO

Art. 94 - A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

Art. 94 - REVOGADO

Art. 95- Empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública, só poderão ser criadas por lei específica.

Parágrafo Único – Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no artigo, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

Art. 96º - As obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública, nos termos da lei.

Art. 96º - As obras, serviços, compras e alienações serão contratadas de acordo com as normas gerais das Licitações e Contratos Administrativos.

Art. 97 – A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 98º - As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.

Art. 99º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, observado o disposto em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Parágrafo Único – A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

Art. 100º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

O presente capítulo restou alterado a fim de que cada assunto esteja disciplinado em artigo próprio, tornando mais eficaz e esclarecedor o desenvolvimento do tema.

Seção II

DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 101º - Fica instituído o regime jurídico único e plano de carreira para os servidores públicos municipais, nos termos da lei.

§ 1º - A lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores do Poder Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º - Confere-se aos servidores municipais, os seguintes direitos:

I – Vencimento básico ou salário básico nunca inferior ao salário mínimo;

II – Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

III – Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

IV – Décimo terceiro salário, com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V – Remuneração do trabalho noturno superior a do diurno de acordo com o que prevê a Constituição Federal e CLT;

VI – Salário Família para seus dependentes;

VII – Duração do trabalho normal não superior a oito (08) horas diárias e quarenta (40) semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

VIII – Repouso semanal remunerado;

IX – Remuneração do serviço extraordinário, superior, no mínimo, em cinquenta por cento (50%) ao do normal;

X – Gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos, um terço (1/3) a mais do que o salário normal;

XI – Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte (120) dias;

XII – Licença paternidade, nos termos fixados em Lei Federal.

XIII – Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XIV – Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da Lei Federal;

XV – Proibição de diferença de salário, de exercício de funções e critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Art. 101 – A administração pública direta e indireta do Município obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e também ao seguinte:

I - Os cargos, empregos e funções públicas municipais são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

II - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as

nomeações para cargos de comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

III - O prazo de validade do concurso público será de até dois (02) anos, prorrogável, uma vez, por igual período.

IV - Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

V - A não observância do disposto no artigo e em seu parágrafo primeiro, implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

VI - As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

VII - A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios para a sua admissão.

VIII - É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

IX O direito de greve será exercido nos termos e limites definidos em Lei Federal.

X - A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

XI - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

XII - É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

XIII - As acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

XIV - A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do artigo 39 da Constituição Federal somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

XV - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração municipal, dos membros do Poder Legislativo e Executivo do Município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o limite estabelecido no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal.

XVI - O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos §§ 3º e 4º desse artigo e nos artigos 39, § 4º, 150,II, 153,III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal.

XVII - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privativos de médico.
- d) a de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

XVIII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas direta ou indiretamente, pelo poder público.

XIX - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

XX - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes dos artigos 40, 42 e 142 da Constituição Federal com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Lei Orgânica, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 102º - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei.

Art. 102 – O Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado pelos servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º - A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

- I – a natureza, o grau de responsabilidade complexidade dos cargos componentes de cada carreira;
- II – os requisitos para a investidura;
- III – as peculiaridades dos cargos;

§ 2º - Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no artigo 7º, IV, VII, VIII, IX, XIII XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, da Constituição Federal podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo exigir.

§ 3º - O detentor de mandato eletivo e os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI, da Constituição Federal.

§ 4º - Lei do Município poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

§ 5º - Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 6º - A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 3º desse artigo.

Art. 103 - São estáveis, após dois anos de efetivo serviço, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

Art. 103 – São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

I - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitando em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

II - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;

III - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo:

- I- em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II- mediante processo administrativo que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III- mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa;

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito de indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

REVOGADO

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado reaproveitamento.

REVOGADO

Art. 104º - Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes normas:

Art. 104 - Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes normas:

I – Tratando-se de mandato eletivo Federal ou Estadual, ficará afastado de seu cargo ou função;

II – Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V – Para efeito do benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Capítulo II

DOS ATOS MUNICIPAIS

Seção I

DA FORMA

Art. 105º - Os atos administrativos de competência devem ser expedidos das seguintes formas:

I – Decretos, numerados em ordem cronológica, especialmente nos seguintes casos:

a) – Regulamentação da lei;

b) – Instituição, modificação e extinção de atribuições não privativas em lei;

c) – Provimento e vacância dos cargos de auxiliares diretos do Prefeito;

d) – Abertura de créditos extraordinários e, o limite autorizado por lei, de créditos suplementares e especiais;

e) – Declaração de utilidade ou necessidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação ou de servidão administrativa, observada a legislação;

f) – Aprovação de regulamento ou de regimento;

g) – Permissão de serviços públicos e de uso de bens municipais por terceiros, inclusive dos contratos de concessão dos referidos serviços;

g) – Permissão de serviços públicos e de uso de bens municipais por terceiros, bem como a respectiva revogação, inclusive dos contratos de concessão dos referidos serviços;

h) – Medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e dos planos urbanísticos do Município;

i) – Criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos munícipes e servidores municipais do Executivo, não privativos em lei;

j) – Normas não privativas em lei;

k) – Fixação e alteração das tarifas ou preços públicos municipais;

II – Portarias, nos seguintes entre outros casos:

a) – Provimento e vacância dos cargos públicos, ressalvada a hipótese da letra “c” do inciso I;

b) – Lotação e relocação dos quadros de pessoal;

c) – Autorização para contrato e dispensa de servidores sob regime da legislação trabalhista;

d) – Abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais relativos a servidores;

e) – Autorização de uso por terceiros de seus funcionários municipais;

e) – Autorização de uso por terceiros de seus funcionários e bens municipais;

f) – Outros casos determinados em lei ou decreto.

III – Ordens de serviço, nos casos de determinações com efeitos exclusivamente internos;

Parágrafo Único – Além das atribuições ressalvadas no parágrafo único do artigo 72 desta Lei Orgânica, também as constantes nos incisos II e III deste artigo podem ser delegados pelo Prefeito, mediante decreto.

Art. 106º - Ao Presidente da Câmara Municipal, no exercício de sua competência administrativa, cabe expedir os atos a que se referem os incisos II e III do artigo anterior, nos casos previstos nos mesmos.

Seção II

DA PUBLICIDADE

Art. 107º - A publicação das leis e dos atos administrativos far-se-á sempre por afixação na sede da Prefeitura Municipal ou da Câmara, conforme o caso.

§ 1º - Os atos de efeitos externos e os internos de caráter geral só terão eficácia após a sua publicação sendo que os primeiros também pela imprensa quando houver.

§ 2º - A eventual publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 3º - A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos normativos municipais deverá ser feita por licitação, em que se levarão em conta, além das normas estabelecidas na Legislação Federal e Estadual pertinentes, as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.

Seção III

DO REGISTRO

Art. 108º - O Município terá os livros que forem necessários aos seus serviços, obrigatoriamente, os de:

- I** – Termos de compromisso e posse;
- II** – Declaração de bens;
- III** – Atas das sessões da Câmara;
- IV** – Registro de leis, decretos, decretos legislativos, resoluções, regulamentos, instruções e ordens de serviços;
- V** – Cópias de correspondência oficial;
- VI** – Protocolo, índice de papéis e livros arquivados;

VII – Registro cadastral de habilitação de firmas para licitações por tomada de preços;

VIII – Licitações e contratos para obras, serviços e aquisição de bens;

IX – Contratos de servidores;

X – Contratos em geral;

XI – Contabilidade e finanças;

XII – Permissões e autorizações de serviços públicos e uso de bens imóveis municipais por terceiros;

XIII – Tombamento de bens imóveis municipais;

XIV – Cadastro de bens imóveis e semoventes do Município;

XV – Registro de termos de doação nos loteamentos aprovados.

§ 1º - Os livros serão abertos e encerrados e terão suas folhas rubricadas pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário regularmente designado para este fim.

§ 2º - Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos, conforme o caso, por outro sistema, inclusive por fichas e arquivos de cópias, devidamente numeradas e autenticadas.

Seção IV

DAS CERTIDÕES

Art. 109º - A Prefeitura e a Câmara, ressalvados os casos em que o interesse público devidamente justificado impuser sigilo, são obrigados a fornecer, no prazo máximo de dez (10) dias, a qualquer interessado certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade de autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender as requisições judiciais, se outro não for o fixado em lei ou pelo juiz.

Parágrafo Único – A certidão relativa ao exercício do cargo de Prefeito será fornecida pelo Presidente da Câmara Municipal.

TÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Capítulo I

DA RECEITA E DA DESPESA

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 110º - O sistema tributário do Município é regulado pelo disposto na Constituição Federal e Estadual, na Legislação Complementar Pertinente e nesta Lei Orgânica.

Parágrafo Único – O sistema tributário compreende os seguintes tributos:

I – Impostos;

II – Taxas, em razão do exercício de poder de política ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III – Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

ART. 110 – REVOGADO

Art. 111º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

Art. 111- REVOGADO

Art. 112º - A concessão de anistia, remissão, isenção, benefícios e incentivos fiscais que envolva matéria tributária ou dilatação de prazos de pagamento de tributo, só poderá ser feita com autorização da Câmara Municipal.

§ 1º - Os benefícios a que se refere este artigo, serão concedidos por prazo determinado, não podendo ultrapassar o primeiro ano da legislatura seguinte.

§ 2º - A concessão de anistia ou remissão fiscal no último exercício de cada legislatura, só poderá ser admitida no caso de calamidade pública.

Art. 112 – REVOGADO

Os artigos 110, 111 e 112 somente restaram revogados posto que já elencados no tópico “DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS”. Por uma questão de lógica os referidos artigos foram transferidos para o capítulo próprio.

Capítulo II

DO ORÇAMENTO

Art. 113º - A receita e a despesa públicas obedecerão as seguintes leis de iniciativa do Poder Executivo:

Art. 113 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I** – O plano plurianual;
- II** – As diretrizes orçamentárias;
- III** – Os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração contínua.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I – Orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – O orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – O orçamento da seguridade social.

§ 4º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira.

§ 4º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 5º - A lei orçamentária anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

Art. 114º - O Poder Executivo publicará, até trinta (30) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Parágrafo Único – As contas do Município ficarão, durante sessenta (60) dias, anualmente, a disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Art. 115º - O Poder Executivo deverá apresentar ao Poder Legislativo, trimestralmente, demonstrativo de comportamento das finanças públicas, considerando:

I – As receitas, as despesas e a evolução da dívida pública;

II – Os valores realizados desde o início do exercício até o último mês do trimestre objeto de análise financeira;

III – As previsões atualizadas de seus valores até o fim do exercício financeiro.

Art. 115 – Os projetos de lei sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais, serão enviados pelo Prefeito ao Poder Legislativo nos seguintes prazos:

a) o Plano Plurianual, até o dia 30 de julho do primeiro ano de mandato e devendo ser devolvido para sanção até o dia 30 de setembro do mesmo ano;

b) as Diretrizes Orçamentárias, com entrada até o dia 30 de agosto e devendo ser devolvido para sanção até o dia 30 de outubro do mesmo ano;

c) o Orçamento Anual, com entrada até o dia 30 de outubro e devendo ser devolvido para sanção até o dia 22 de dezembro do mesmo ano.

§ 1º - O não-envio dos projetos de leis de que tratam esse artigo acarreta a responsabilidade do Prefeito Municipal.

§ 2º - Em caso de não-apreciação dos projetos de leis no prazo previsto neste artigo pelo Poder Legislativo sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas até que seja a matéria apreciada.

§ 3º - O não-cumprimento de prazo para apreciação por parte do Poder Legislativo do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias acarreta, em igual período, a postergação de prazo para o envio dos projetos de lei de diretrizes e de lei orçamentária anual, conforme o caso.

Art. 116º - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual às diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e dos créditos adicionais, serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do seu Regimento.

§ 1º - Caberá a uma comissão permanente de Vereadores:

I – Examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II – Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, regionais e setoriais e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais Comissões da Casa.

II – Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais Comissões do Poder Legislativo, permanentes ou temporárias;

§ 2º - As emendas serão apresentadas à Comissão que emitirá parecer para apreciação, na forma regimental, pelo Plenário.

§ 2º - As emendas serão apresentadas à Comissão que emitirá parecer para apreciação, na forma regimental, pelo Plenário da Câmara.

§ 3º - As emendas aos projetos de leis orçamentárias anuais ou aos projetos que modifiquem, só poderão ser aprovados caso:

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que modifiquem somente poderão ser aprovadas caso:

I – Sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) Dotação para pessoal;

a) Dotação para pessoal e seus encargos;

b) Serviço da dívida.

III – Sejam relacionados com:

a) – Correção de erros e omissões;

b) – Os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão Permanente, da parte cuja alteração é proposta,

§ 6º - Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e de orçamento anual, serão enviados pelo Prefeito Municipal à Câmara, nos termos da lei complementar prevista no artigo 165, § 9º da Constituição Federal.

§ 7º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentário anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 8º - Na elaboração e discussão dos projetos de leis de orçamentos devem ser observadas as normas relativas às finanças públicas e gestão fiscal instituídas por leis complementares federais.

Art. 117º - São vedados:

I – O início de programas ou projetos não incluídos nas leis orçamentárias anuais;

I – O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – A realização de despesas ou a tomada de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – A realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara de Vereadores por maioria absoluta;

IV – A vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesas, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação de impostos, a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento de ensino e da pesquisa científica e tecnológica bem como a prestação de garantias a operações de crédito por antecipação de receita, prevista na Constituição Federal;

IV – A vinculação de receita de impostos e transferência a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a destinação de recursos para a manutenção e

desenvolvimento de ensino, às ações e serviços públicos de saúde, à garantia de débitos para com a União e o Estado e a prestação de garantias a operações de crédito por antecipação de receita;

V – Abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma dotação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – A concessão ou a utilização de créditos ilimitados;

VIII – A utilização, sem autorização específica do legislativo, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

VIII – A utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do Município para suprir necessidades ou cobrir déficits de empresas ou qualquer entidade de que o Município participe;

IX – A instituição de fundos especiais de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa;

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro (04) meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de calamidade pública.

Art. 118º - A despesa com pessoal ativo não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar Federal.

Art. 118º - A despesa com pessoal ativo e inativo não poderá exceder os limites estabelecidos em lei.

Parágrafo Único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, só poderão ser feitas:

I – Se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – Se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Art. 118-A. As despesas com publicidade dos Poderes do Município deverão ser objeto de crédito orçamentário específico se atendidas as disposições do art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O presente artigo foi instituído a fim de observar o dispositivo legal previsto no art. 17, da LC 101/00

Capítulo III

DA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 119º - A fiscalização financeira e orçamentária do Município se fará mediante controle externo da Câmara Municipal e pelos sistemas internos do Executivo Municipal, instituídos por lei.

Art. 120º - O controle externo da Câmara Municipal, exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreenderá:

I – A tomada e o julgamento das contas do Prefeito e dos demais administradores e responsáveis por bens e valores públicos municipais, inclusive as da Mesa da Câmara;

II – O acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, o Prefeito deverá remeter à Câmara e ao Tribunal de Contas do Estado até trinta e um (31) de março, as contas relativas à gestão financeira municipal do exercício imediatamente anterior.

§ 2º - As contas relativas à aplicação dos recursos recebidos da União e do Estado, serão prestadas pelo Prefeito na forma da Legislação pertinente, sem prejuízo de sua inclusão na prestação de contas a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 121º - Os sistemas de controle internos, exercidos pelo Executivo Municipal terão por finalidade, além de outros:

I – Criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade da realização da receita e despesa;

II – Acompanhar a execução de programas de trabalho e a dos orçamentos;

III – Avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos.

TÍTULO VI

DOS SERVIÇOS E PLANEJAMENTOS MUNICIPAIS

Capítulo I

DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 122º - A execução das obras públicas municipais deverá ser sempre precedida de projeto elaborado segundo as normas técnicas adequadas.

Parágrafo Único – As obras públicas poderão ser executadas diretamente pela Prefeitura, por suas autarquias e entidades para estatais e, diretamente, por terceiros mediante licitação, nos termos da Legislação Federal e Estadual pertinentes.

Art. 122 – A execução de obras públicas municipais ficarão à cargo do Executivo e da Secretaria de obras públicas municipais, observadas as normas pertinentes na legislação federal e estadual.

Art. 123º - As concessões a terceiros de execução de serviços públicos, serão feitas mediante contrato, após prévia licitação observadas as normas pertinentes na Legislação Federal e Estadual.

Art. 123- REVOGADO

Art. 124 - As permissões a terceiros para execução de serviços públicos, será sempre outorgada a título precário, mediante decreto.

Art. 124- REVOGADO

Art. 125 - Serão nulas de pleno direito as concessões e as permissões realizadas em desacordo com o estabelecido nos dois artigos anteriores.

§ 1º - Os servidores concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos a regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos que os executem sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários, observada, quanto aos primeiros, a Legislação Federal a respeito.

§ 2º - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços concedidos ou permitidos, desde que executados em desconformidade, respectivamente, com o contrato ou o ato permissivo, bem como aqueles que se revelem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 3º - A publicidade exigida pela Legislação Federal, no caso de a licitação, para as concessões de serviços públicos, se por concorrência, deverá ser ampla, inclusive em jornais oficiais, nos termos da Legislação pertinente.

Art. 125 - REVOGADO

Capítulo II

DAS NORMAS DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 126º - O Município deverá organizar a sua administração e exercer suas atividades dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo às peculiaridades locais e aos princípios técnicos convenientes ao desenvolvimento integrado da comunidade.

Parágrafo Único – Considera-se processo de planejamento a definição de objetivos determinados em função da realidade local, a preparação dos meios para atingi-los, o controle de sua aplicação e a avaliação dos resultados obtidos.

Art. 127º - O Município iniciará o seu processo de planejamento elaborando o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, no qual, constarão, em conjunto, os aspectos físicos, econômicos, sociais e administrativos, nos seguintes termos:

I – Físico – Territorial, com disposição sobre o sistema viário urbano, o zoneamento urbano, o loteamento urbano ou para fins urbanos e, ainda, sobre edificações e os serviços públicos locais;

II – Social – Com normas destinadas à promoção social da comunidade local e ao bem estar da população;

III – Econômico – Com disposições sobre o desenvolvimento econômica do Município;

IV – Administrativo – Com normas de organização institucional que possibilitem a permanente planificação das atividades municipais e sua integração nos planos Estadual e Nacional.

Parágrafo Único – O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado deverá ser adequado às exigências administrativas do Município e aos seus recursos financeiros.

Art. 128º - O Município estabelecerá em lei o seu zoneamento urbano, bem como as normas para edificação e loteamento urbanos ou para fins de urbanização, atendidas as peculiaridades locais e a Legislação Federal pertinente.

Art. 129º - Ao Município cabe buscar a cooperação das associações representativas da comunidade no planejamento municipal.

Capítulo III

DA POLÍTICA URBANA

Art. 130º - A política de desenvolvimento urbano, executado pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar dos seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidade com mais de vinte (20) mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano de metas.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro, salvo nos casos expressos pela Constituição Federal.

§ 4º - É facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da Lei Federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena sucessiva de:

§ 4º - É facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica, exigir, nos termos da Lei Federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena sucessivamente de:

I – Parcelamento ou edificação compulsória;

II – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez (10) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

III – desapropriação por Utilidade pública ou social.

Capítulo IV

DA POLÍTICA AGRÍCOLA

Art. 130-A. O Município manterá em caráter suplementar à União e ao Estado, através de instrumento legal o serviço de assistência técnica e extensão rural, dispensando cuidados especiais às pequenas famílias rurais, bem como as suas formas associativas.

§ 1º - Os recursos farão parte do orçamento anual do município.

§ 2º - O município definirá sua política agrícola, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenagem e de transporte.

TÍTULO VII

DA ORDEM SOCIAL

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 131º - A Ordem Social tem como base o primado do trabalho e como objeto o bem estar e a justiça social.

Art. 132º - A segurança social é garantida por um conjunto de ações do Município, em colaboração com o Estado e a sociedade, destinados a tornar efetivos os direitos ao trabalho, à educação, à cultura, ao desporto, ao lazer, à saúde, à habitação e a assistência social, assegurando ao indivíduo pelas Constituições Federal e Estadual, guardadas as peculiaridades locais.

§ 1º - Será estimulada e valorizada a participação da população na integração e controle da execução das ações mencionadas neste artigo, através de suas organizações representativas.

§ 2º - Os projetos de cunho comunitário terão preferência nos incentivos fiscais, além de outros.

Art. 133º - O Município, em colaboração com o Estado, prestará assistência social, visando, entre outros, os seguintes objetivos:

- I – Proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – Amparo aos carentes e desassistidos;
- III – Promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – Habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração a vida social e comunitária.

Capítulo II

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E TURISMO

Seção I

DA EDUCAÇÃO

Art. 134º - A educação, direito de todos e dever do Estado, do Município, da família, baseada na justiça social, na democracia e no respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos valores culturais, visa ao desenvolvimento do educado como pessoa e à sua qualificação para o exercício da cidadania e o trabalho.

Art. 135º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

Art. 135º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios:

- I** – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II** – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar pensamento, a arte e o saber;
- III** – Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV** – Gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais;
- V** – Valorização dos profissionais do ensino;
- V** – Valorização dos profissionais do ensino, garantindo na forma da lei, planos de carreira ao magistério público, com piso salarial profissional e ingresso por concurso público e provas e títulos, assegurado o regime de trabalho;
- VI** – Gestão democrática do ensino público;
- VII** – Garantia de padrão de qualidade.

Art. 136º - O Município, em colaboração com o Estado, complementarará o ensino público com programas permanentes e gratuitos de material didático, transporte, alimentação, assistência à saúde e de atividades culturais e desportivas.

Art. 137º - Os programas de que trata este artigo serão mantidos, nas escolas, com recursos financeiros específicos que não os destinados à

manutenção e desenvolvimento do ensino e serão desenvolvidos com recursos humanos dos respectivos órgãos da administração pública.

Art. 138º - É dever do Município, em colaboração com o Estado:

I – Garantir o ensino fundamental público obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II – Promover a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – Manter cursos profissionalizantes, abertos à comunidade em geral;

IV – Proporcionar atendimentos educacionais, aos portadores de deficiência e aos superdotados;

V- Garantir o atendimento às crianças de zero a seis anos em creches, escolas de educação infantil e/ou em classes de pré-escola.

Art. 139º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 1º - O não oferecimento do ensino obrigatório gratuito, pelo Poder Público, ou a sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade.

§ 2º - Compete ao Município, articulado com o Estado, recensear os educandos para o ensino fundamental, fazendo-lhes a chamada anualmente.

§ 3º - Transcorridos dez (10) dias úteis do pedido de vaga, incorrerá em responsabilidade administrativa a autoridade municipal competente que não garantir ao interessado devidamente habilitado, o acesso à escola fundamental.

§ 4º - A comprovação do cumprimento de dever de frequência obrigatória, dos alunos do ensino fundamental será feita por meio de instrumento apropriado, regulado em lei.

Art. 140º - Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas definidas em lei que:

I – Comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

I – Comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus recursos financeiros em educação;

II – Assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso, de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsa integral de estudos para o ensino fundamental e médio na forma da lei para

os que demonstrarem comprovadamente insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares na rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente, na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º - A lei disciplinará critérios e a forma de concessão e de fiscalização, pela comunidade, das entidades mencionadas no “caput” deste artigo, a fim de verificar o cumprimento dos requisitos dos incisos I e II.

Art. 141º - O Município aplicará, no exercício financeiro, no mínimo, vinte e cinco por cento (25%) da receita resultante de impostos, compreendida, a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º - Não menos de dez por cento (10%) dos recursos destinados ao ensino, previstos, neste artigo, serão aplicados na manutenção e conservação das escolas públicas de forma a criar condições que lhes garantam o funcionamento normal e um padrão mínimo de qualidade.

§ 2º - É vedada às escolas públicas a cobrança de taxas ou contribuições a qualquer título.

Art. 142º - Anualmente, o Prefeito publicará da execução financeira das despesas em educação, por fonte de recursos, discriminando os gastos mensais.

Parágrafo Único – A autoridade competente será responsabilizada pelo não cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 143º - O Município organizará o seu sistema de ensino em regime de colaboração com os sistemas Federal e Estadual.

Art. 143º - O Município organizará o seu sistema de ensino próprio, ou adotará o sistema estadual de ensino.

Art. 144º - A lei estabelecerá o Plano Municipal de Educação, de duração plurianual, em consonância com os Planos Nacional e Estadual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino e a integração das ações desenvolvidas pelo Poder Público que conduzam a:

- I** – Erradicação do analfabetismo;
- II** – Universalização do atendimento escolar;
- III** – Melhoria da qualidade de ensino;
- IV** – Formação para o trabalho;
- V** – Promoção humanística, científica e tecnológica;

VI – A matrícula facultativa, do ensino religioso nas escolas públicas municipais de ensino fundamental.

Art. 145º - O Município em colaboração com o Estado promoverá:

I – Política de formação profissional nas áreas que houver carência de professores para o atendimento de sua clientela;

II – Cursos de atualização e aperfeiçoamento aos seus professores e especialistas nas áreas em que estes atuarem e em que houver necessidade;

III – Política especial para formação, a nível médio de professores para séries iniciais de ensino fundamental;

IV – Política justa de remuneração para o magistério.

§ 1º - Para a consecução do previsto nos incisos I e II, o Município poderá celebrar convênios com instituições;

§ 2º - O estágio decorrente da formação referida no inciso III será remunerado, na forma da lei.

Art. 146º - É assegurado aos pais, professores, alunos e funcionários organizarem-se em todos os estabelecimentos de ensino através de associações, grêmios ou outras formas.

Parágrafo Único – Será responsabilizado a autoridade educacional que embaraçar ou impedir a organização ou o funcionamento das entidades referidas neste artigo.

Art. 147º - As escolas públicas municipais contarão com Conselho Escolar, constituído pela direção da escola e representantes dos segmentos da comunidade escolar, na forma da lei.

Art. 148º - Os estabelecimentos públicos municipais de ensino, estarão à disposição da comunidade, através de programações organizadas em comum.

Art. 149º - É responsabilidade do Poder Público, garantia de educação especial aos deficientes, em qualquer idade, bem como aos superdotados, nas modalidades que lhes forem adequadas.

Art. 150º - O Poder Público garantirá, com recursos específicos que não os destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, o atendimento, em creches e pré-escolas às crianças de zero (0) a seis (06) anos de idade.

§ 1º - Nas escolas públicas de ensino fundamental haverá, obrigatoriamente, o atendimento ao pré-escolar.

§ 2º - Toda a atividade de implantação, controle e supervisão de creche e pré-escolas fica a cargo dos órgãos responsáveis pela educação.

Art. 151º - Todo estabelecimento de ensino na zona urbana terá atendimento completo do ensino fundamental.

Art. 152º - O Município, em cooperação com o Estado, desenvolverá programas de transporte escolar que assegurem os recursos financeiros indispensáveis para garantir o acesso de todos os alunos à escola.

Art. 153º - O diretor de escola pública municipal será eleito, com direito a reeleição, por um período de dois anos pelos professores ativos da escola e igual número de representantes do CPM.

I – Os representantes do CPM serão nomeados pela diretoria, podendo ser membros da própria diretoria, ou pais de alunos da escola.

§ 1º - A data para eleição será em um dos primeiros cinco dias do ano letivo.

§ 2º - Em caso de empate de votos de dois candidatos, será escolhido o de maior nível de diplomação.

§ 3º - Deverá haver quorum de no mínimo dois terços dos professores ativos e membros do CPM nomeados.

Art. 154º - O Município estimulará a cultura em suas múltiplas manifestações, garantindo o pleno e efetivo exercício dos direitos culturais e o acesso as fontes de cultura nacional e regional, apoiando e incentivando a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Parágrafo Único – É dever do Município proteger e estimular as manifestações culturais dos diferentes grupos étnicos formadores da sociedade riograndense.

Art. 155º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural por meio de inventário, registros, vigilância, tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação.

§ 1º - Os proprietários de bens de qualquer natureza, tombados pelo Município, receberão incentivos para sua preservação e conservação conforme, definidos em lei.

§ 2º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

Art. 156º - O Município manterá cadastramento atualizado do patrimônio e do acervo cultural, público e privado, sob orientação técnica do estado.

Art. 157º - O Município, em colaboração com o Estado, propiciará o acesso às obras de arte, com a exposição em locais públicos, e incentivará a instalação e manutenção de bibliotecas na sede e nos distritos.

Seção III

DO DESPORTO

Art. 158º - É dever do município fomentar e amparar o desporto e lazer e a recreação, como direito de todos, observados:

I – A promoção prioritária do desporto educacional, em termo de recursos humanos, financeiros e materiais em suas atividades meio e fim;

II – A dotação de instalações esportivas e recreativas para as instituições escolares municipais;

III – A garantia de condições para a prática de educação física, do lazer e do esporte ao deficiente sensorial e mental.

Seção IV

DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 159º - Cabe ao Município com vistas à promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia:

I – Incentivar e privilegiar a pesquisa tecnológica que busca o aperfeiçoamento do uso e do controle dos recursos naturais e regionais;

II – Apoiar e estimular as empresas e entidades cooperativas, fundacionais ou autárquicas que investirem em pesquisas e desenvolvimento tecnológico e na formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos.

Seção V

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 160º - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou vínculo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto na Constituição Federal e Estadual.

Seção VI

DO TURISMO

Art. 161º - O Município promoverá a prática do turismo, apoiando e realizando os investimentos na produção, criação e qualificação dos empreendimentos, equipamentos e instalações ou serviços turísticos, através de incentivos.

Capítulo III

DA SAÚDE E DO SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

DA SAÚDE

Art. 162º - A saúde é direito de todos e dever do Município e do Estado através de sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo Único – O dever do Município e do Estado, garantido por adequada social e econômica, não exclui o do indivíduo, da família e de instituições e empresas que produzem riscos e danos à saúde do indivíduo ou da coletividade.

Art. 163º - Ao sistema de saúde no âmbito de Município, além das atribuições inerentes, incumbe, na forma da lei:

I – Coordenar e integrar as ações e serviços municipais de saúde individual e coletiva;

II – Elaborar as prioridades e estratégias locais da promoção da saúde;

III – Regular, controlar e fiscalizar as ações e serviços públicos e privados de saúde;

IV – Controlar e fiscalizar qualquer atividade e serviço que comporte risco à saúde, à segurança ou bem-estar físico e psíquico do indivíduo da coletividade, bem como ao meio ambiente;

V – Estimular a formação da consciência pública voltada à preservação da saúde e do meio ambiente;

VI – Realizar a vigilância sanitária, epidemiológica e toxicológica;

VII – Garantir a formação e funcionamento de serviços públicos de saúde, inclusive hospitalares e ambulatoriais, visando atender as necessidades locais;

VIII – Propiciar recursos educacionais e os meios científicos que assegurem o direito ao planejamento familiar, de acordo com a livre decisão do casal;

IX – Em cumprimento à legislação, referente à salubridade e segurança dos ambientes de trabalho, promover e fiscalizar as ações em benefício da saúde integral do trabalhador rural e urbano.

Art. 163 – Cabe ao Município definir uma política de saúde e de saneamento básico, interligada com os programas da União e do Estado, com objetivo de preservar a saúde individual e coletiva.

Parágrafo único – Os recursos repassados pelo Estado e destinados à saúde não poderão ser utilizados em outras áreas.

Seção II

DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 164º - O saneamento básico é serviço público essencial como atividade preventiva das ações de saúde e meio ambiente.

§ 1º - O saneamento básico compreende a captação, o tratamento e a distribuição de água potável, a coleta, o tratamento e a disposição final de esgotos cloacais e do lixo, bem como a drenagem urbana.

§ 2º - É dever do Município em colaboração com o Estado, a extensão progressiva do saneamento básico a toda a população urbana e rural, como condição básica da qualidade de vida, de proteção ambiental e do desenvolvimento social.

§ 3º - A lei disporá sobre o controle, a fiscalização, o processamento, a destinação do lixo, dos resíduos urbanos, industriais, hospitalares e laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e assemelhados.

Art. 165º - O Município, em colaboração com o Estado, de forma integrada ao sistema único de saúde, formularão a política e o planejamento de execução das ações de saneamento básico, respeitadas as diretrizes estaduais quanto ao meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento urbano.

Parágrafo único – O Município poderá manter seu sistema próprio de saneamento.

Capítulo IV

DO MEIO AMBIENTE

Art. 166º - O meio ambiente é bem de uso comum do povo e a manutenção de seu equilíbrio é essencial à sadia qualidade de vida.

§ 1º - A tutela do meio ambiente é exercida por todos os órgãos do Município.

§ 2º - O causador de poluição ou dano ambiental será responsabilizado e deverá assumir ou ressarcir ao Município, se for o caso, todos os custos financeiros, imediatos ou futuros decorridos.

Art. 167º - Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e restaurá-lo para as presentes e futuras gerações, cabendo a todos exigir do Poder Público a adoção de medidas nesse sentido.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, o Município desenvolverá ações permanentes de proteção, restauração e fiscalização do meio ambiente, incumbindo-lhe, primordialmente:

I – Prevenir, combater e controlar a poluição e a erosão em qualquer de suas formas;

II – Fiscalizar e normalizar a produção, o armazenamento, o transporte, o uso e o destino final de produtos, embalagens e substâncias potencialmente perigosas à saúde e aos materiais;

III – Promover a educação ambiental em todos os níveis do ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente;

IV – Proteger a flora, a fauna e a paisagem natural, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica e paisagística, provoquem extinção de espécie ou submetam os animais à crueldade;

V – Incentivar e auxiliar tecnicamente movimentos comunitários e entidades de caráter cultural, científico e educacional com finalidade ecológica;

VI – Promover o manejo ecológico dos solos, respeitando sua vocação, quanto à capacidade de uso;

VII – Fiscalizar, cadastrar e manter as florestas nativas e as unidades públicas estaduais de conservação, fomentando o florescimento ecológico, bem como conservando, na forma da lei, as florestas remanescentes do Município;

VIII – Combater as queimadas prejudiciais, responsabilizando o usuário da terra por suas conseqüências;

IX – Exigir reflorestamento nas margens dos arroios.

§ 2º - As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que exercem atividades consideradas poluidoras ou potencialmente poluidoras, são responsáveis direta ou indiretamente, pelo acondicionamento, coleta, tratamento e distribuição final dos resíduos por elas produzidos.

Art. 168º - É vedada a produção e transporte, a comercialização e uso de biocidas, agrotóxicos ou produtos químicos ou biológicos cujo emprego tenha sido comprovado como nocivo em qualquer parte do território nacional por razões toxicológicas, farmacológicas ou de degradação ambiental.

Art. 168 – REVOGADO

Art. 169º - Cabe ao Município fiscalizar e disciplinar a aplicação de defensivos agrícolas por via aérea, principalmente nas proximidades do perímetro urbano.

Art. 169 - REVOGADO

Capítulo V

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DA DEFESA DO CONSUMIDOR

Seção I

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 170º - O Município desenvolverá política e programas de assistência social e proteção à criança, ao adolescente e ao idoso, portadores de deficiência, com a participação de entidades civis, obedecendo os seguintes preceitos:

Art. 170º - O Município desenvolverá política e programas de assistência social e proteção à criança, ao adolescente e ao idoso, portadores ou não de deficiência, com a participação de entidades civis, obedecendo os seguintes preceitos:

I – Aplicação, nas assistências, materno-infantil de percentual mínimo, fixado em lei, dos recursos públicos destinados à saúde;

II – Criação de programa de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependentes de entorpecentes e drogas;

III – Execução de programas priorizando o atendimento no ambiente familiar comunitário;

IV – Criação de incentivos fiscais às pessoas físicas ou jurídicas que participarem conjuntamente na execução dos programas;

V – Especial atenção às crianças e adolescentes, em estado de miserabilidade, exploradas sexualmente, doentes mentais, órfãos, abandonados e vítimas de violência.

VI- Auxílio médico e odontológico aos deficientes físicos capaz de assegurar-lhes a dignidade de uma vida justa e social.

Parágrafo Único – A coordenação, acompanhamento e fiscalização dos programas a que se refere este artigo, caberá ao conselho comunitário, cuja organização, composição, funcionamento e atribuições, serão disciplinadas em lei, asseguradas a participação de representantes de órgãos públicos e de segmentos da sociedade civil organizada.

Parágrafo Único – A coordenação, acompanhamento e fiscalização dos programas a que se refere este artigo, caberá a Secretaria de Saúde Municipal e a CIMS, Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde.

Art. 171º - Cabe ao Município;

I – Prestar assistência à criança e ao adolescente abandonado, proporcionando os meios adequados a sua manutenção, educação, encaminhamento ao emprego e integração à sociedade;

II – Estabelecer programas de assistência aos idosos, com o objetivo de proporcionar segurança econômica, defesa de sua dignidade e bem-estar, prevenção de doenças, participação ativa e integração na comunidade;

III – Estimular entidades particulares a criar centros de convivência para idosos e casas-lares, evitando o isolamento e a marginalização social do idoso.

Seção II

DA DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 172º - O Município promoverá ação sistemática de proteção ao consumidor, de modo a garantir a segurança, a saúde e a defesa de seu interesse econômico.

Art. 173º - Cabe ao Município estimular a formação de uma consciência pública, voltada para a defesa dos interesses do consumidor, fiscalizando a quantidade de bens e serviços, preços, pesos e medidas, observadas as competências normativas da União e do Estado.

Art. 173 - REVOGADO

Seção II

DA DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 174º - Incumbe ao Município:

I – Tomar medidas para assegurar a celeridade na tramitação dos expedientes administrativos, punindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os serviços faltosos;

II – Ouvir permanentemente a opinião pública, de modo especial através de conselhos comunitários e das associações de classe;

III – Divulgar com a devida antecedência, os anteprojetos de leis sobre codificações, bem como, sempre que o interesse público o aconselhar, os anteprojetos de outras leis, estudando as sugestões e quando oportuno, manifestar-se sobre os mesmos;

IV – Facilitar aos servidores públicos municipais sua participação em cursos, seminários, congressos e conclaves semelhantes, que lhes propiciem aperfeiçoamento de seus conhecimentos, para melhor desempenhar as respectivas funções.

Art. 175º - O Município providenciará para que todos quantos exerçam cargos de direção ou sejam responsáveis pela guarda e manipulação de dinheiro público, ou bens pertencentes ao patrimônio municipal, apresentem declaração de bens e valores ao assumirem e ao deixarem seus cargos.

Art. 176º - É lícito a qualquer munícipe obter informações e certidões sobre assuntos referentes a administração municipal.

Art. 177º - Todo cidadão é parte legítima para pleitear, perante os poderes públicos competentes, a declaração de nulidade ou anulação de atos lesivos ao patrimônio público.

Art. 178º - É vedada qualquer atividade política partidária, nas horas e locais de trabalho, a quantos prestem serviços ao Município.

Art. 179º - O Município fará completo inventário de seus bens imóveis no prazo de um ano, atualizando seus valores e arrolando inclusive direitos e ações sobre os mesmos.

Art. 179 - REVOGADO

Art. 180º - O Município manterá em caráter complementar à União e ao Estado serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, garantindo atendimento prioritário aos produtores rurais e suas formas associativas.

ART. 180 – REVOGADO

Art. 181º - O Município concorrerá com recursos financeiros destinados a manutenção do serviço de que trata o artigo 180, de forma complementar aos da União e do Estado.

Parágrafo Único – Os recursos financeiros de que trata o “caput” deste artigo, serão especificados nos orçamentos do Município.

ART. 181 - REVOGADO

Art. 182º - Incumbe-se a Secretaria da Agricultura:

- a)** – Abrir e conservar estradas e caminhos;
- b)** – Estender a rede de eletrificação e telefonia à zona rural;
- c)** – Fazer terraplanagem e assistir o proprietário, a nível de secretaria, toda vez que o mesmo necessitar de algo para aumentar sua produtividade;
- d)** – Incentivar a agroindústria;
- e)** – Incentivar a irrigação;
- f)** – Incentivar a criação do Conselho Municipal da Agricultura com o consentimento do Prefeito e participação da Secretaria da Agricultura, Emater, STR, Associações Rurais, Agroindústrias, membro da Câmara Municipal e outros de interesse do setor.

Parágrafo Único- O Conselho Municipal da Agricultura executará seus atos e programas em consonância à decisão do plenário da Câmara Municipal.

ART. 182 - REVOGADO

Art. 183º - Esta Lei Orgânica, aprovada pela Câmara de Vereadores e assinada por todos os Vereadores, será promulgada pela Mesa e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores.
Tupandi – RS, 3 de setembro de 2007